

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO - NÍVEL DE MESTRADO

ALEXANDRE CASTANHO BUENO

**UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA TRANSVERSALIDADE DA
“ORIENTAÇÃO SEXUAL” NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ENSINO
MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORTE
DO RIO GRANDE DO SUL**

Frederico Westphalen, 2019.

ALEXANDRE CASTANHO BUENO

**UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA TRANSVERSALIDADE DA
“ORIENTAÇÃO SEXUAL” NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ENSINO
MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORTE
DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Educação da URI/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas da URI/Câmpus de Frederico Westphalen como requisito final para obtenção do grau de mestre em educação.

Orientadora: Dra. Edite Maria Sudbrack

Frederico Westphalen, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

1.1 Instituição de Ensino/ Unidade

URI-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Câmpus de Frederico Westphalen

1.2 Direção do Câmpus

Diretora Geral: Dra. Silvia Regina Canan;
Diretora Acadêmica: Dra. Elisabete Cerutti;
Diretor Administrativo: Clovis Quadros Hempel.

1.3 Departamento de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Área de Concentração
Educação, Nível de Mestrado.

Coordenadora: Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco
Subcoordenadora: Prof. Dra. Luana Teixeira Porto

1.4 Disciplina: Dissertação

1.5 Orientadora: Dra. Edite Maria Sudbrack

1.6 Orientando: Alexandre Castanho Bueno

1.7 Temática:

A orientação sexual e a abordagem do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual Técnica José Cañellas no Ensino Médio, em Frederico Westphalen – RS.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edite Maria Sudbrack
Orientadora – URI/Câmpus de Frederico Westphalen

Profa. Dra. Maria de Lurdes Pinto de Almeida
UNOESC/Universidade do Oeste de Santa Catarina

Profa. Dra. Elisabete Cerutti
URI/Campus de Frederico Westphalen

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o papel do Projeto Político-Pedagógico a respeito da orientação sexual dos jovens. A pesquisa é de caráter o, acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP), de uma Escola de Ensino Médio, Escola Estadual Técnica José Cañellas, do Norte do Estado do Rio Grande do Sul. A transversalidade da orientação sexual dos jovens é contextualizada levando em consideração a construção do PPP e sua forma de desenvolvimento dentro do ambiente escolar pelos educadores, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), política pública curricular atual. O problema de pesquisa questiona acerca do momento em que as disciplinas contemplam o tema orientação sexual, em que, os objetivos de analisar, identificar e investigar essa presença/ausência na formação docente encadeados com o Projeto Político Pedagógico. A metodologia abrange aspectos da escola e a maneira como se desenvolverá esse estudo através de uma abordagem qualitativa, com uma análise documental. No início do desenvolvimento é verificado o Estado do Conhecimento e a transversalidade do tema orientação sexual, com seus descritores, e posterior com coleta e análise qualitativa dos mesmos, acessados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na sequência foi mostrada a importância do Projeto Político Pedagógico juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais dentro das Políticas Públicas vigentes. Em seguida destacou-se a relevância do conhecimento e sua evolução social e científica para se ter uma compreensão dessa transversalidade de escolha de gênero.

Palavras-chave: Educação, Formação de Professores, Políticas Públicas e Sexualidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categoria Transversalidade da Orientação Sexual.....	58
Quadro 2: PCNs e a Orientação Sexual.....	60
Quadro 3: Formação Docente no Projeto Político Pedagógico.....	63
Quadro 4: Formação Docente e os PCNs.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações;
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- DNA – Ácido desoxirribonucleico;
- DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais;
- MEC – Ministério da educação e Cultura;
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais;
- PNE – Plano Nacional de Educação;
- PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação;
- PPP – Projeto Político Pedagógico;
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;
- UNOCHAPECO - Universidade Comunitária da Região de Chapecó;
- URI – Universidade Regional Integrada;
- USP – Universidade de São Paulo;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	14
2.1 Opção e Concepção.....	14
2.2 Desenho Metodológico.....	17
2.3 Instrumento de Análise.....	17
2.4 Panorama Geral dos Descritores	17
2.5 Análise do Conteúdo de Alguns Trabalhos	18
3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A TRANSVERSALIDADE DO TEMA ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	24
3.1 O Projeto Político Pedagógico como Gestão Democrática na Escola.....	24
3.2 Afinal, qual a importância do Projeto Político Pedagógico?	26
3.3 A importância da transversalidade do PCNS nas Políticas Públicas.....	30
3.4 A Importância do Conhecimento para Compreender a Transversalidade da Orientação Sexual.....	34
3.5 A Juventude, a Evolução Social-Científica e as suas escolhas de Gênero.....	39
3.6 Conviver é Aceitar o Outro. Será que há aceitação?	41
4 A Formação Docente	44
4.1 A Sexualidade e a Formação de Professores	44
4.2 Os PCNs e a Formação Docente:	47
4.3 Professores Reflexivos na Formação Docente	49
5 A Transversalidade da Orientação Sexual nos Documentos Legais do Projeto Político Pedagógico e Parâmetros Curriculares Nacionais	55
6 Análise dos Dados	58
6.1 Transversalidade da Orientação Sexual.....	58
6.2 Apresentação da Orientação Sexual ao olhar dos PCNs:.....	60
6.3 Formação de Professores e os PPPs:	63
6.4 Formação de Professores ao olhar do PCNs:.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o papel do Projeto Político Pedagógico a respeito da orientação sexual dos jovens. Esta pesquisa de caráter qualitativo constitui em analisar a presença/ausência da temática transversal sobre a orientação sexual no Projeto Político Pedagógico de uma Escola Estadual de Ensino Médio desde 1964 até o ano de 2015 e na construção do PPP da referida escola, da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Frederico Westphalen. Essa temática da transversalidade na orientação sexual analisada a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais¹, pois a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) ainda está em construção, leva em consideração a forma de desenvolvimento dentro do ambiente escolar pelos professores na perspectiva das Políticas Públicas curriculares vigentes, trazendo como problema de pesquisa o questionamento acerca do momento em que as disciplinas contemplam o tema orientação sexual, em que, os objetivos de analisar, identificar e investigar essa presença/ausência na formação docente estão encadeados com o Projeto Político Pedagógico. A metodologia é de natureza qualitativa, esse estudo desenvolveu-se a partir da abordagem de análise de documentos.

O trabalho insere-se na Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU - da Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões – URI. Esse estudo precisava procurar um rumo ou direção para alavancar esta pesquisa, para conseguir alicerçar conclusões com argumentos, que enfatizassem o motivo para que se pesquisasse. Foram essas inquietações, e a necessidade de dar um suporte para os jovens atuais, que, como eu também, inseria em muitas dúvidas e indagações, e, elaborei, e executei essa pesquisa. Visando também, sanar possíveis questões que ainda possam estar latentes em nossas mentes o que fará este trabalho trazer contribuições como um “início” de uma sociedade mais justa, organizada e com os direitos humanos devidamente respeitados, onde ira superar a discriminação e os preconceitos que não oportunizam, em momento algum, fatores de crescimento ou satisfação às pessoas agredidas por esses aspectos negativos,

¹ Este trabalho optou pelos PCNs pelo fato de que a BNCC para o Ensino Médio ainda não ter sido aprovada.

que indubitavelmente ainda ocorrem em nossa sociedade, move também este estudo.

Os fatores que serão citados para alicerçar a pesquisa demonstram que o pesquisador procurou trabalhos e organizou as bases que justificam esse desenvolvimento tangenciado na transversalidade da orientação sexual, que, pouco ou quase nada é discutido com os jovens em sala de aula, pelos professores, pois, mexe com questões anexas que vem ao encontro com as propostas formadoras da educação, que na prática ainda sobressaem sobre o esclarecimento para a sociedade: do que é? Quem somos? E o que queremos? Em nossas escolhas que estão intimamente ligadas ao nosso sentimento maior: a nossa forma de amar e como queremos, também, sermos amados.

Nessas elucidações acima colocamos o mestre da educação em evidência. A atualização profissional, a organização de conteúdos e as dinâmicas que esse enredo se desenvolve em sala de aula para explicar aos jovens que, existe e devem que ser respeitadas opiniões diferentes na orientação sexual da humanidade, oportuniza caminhos mais educativos. Por outro lado, também é necessária a consciência daqueles que não aceitam o diferente em suas escolhas sexuais para mudarem seus conceitos para que haja respeito e democracia na prática e não apenas no discurso.

A educação é fantástica. O aprender é maravilhoso. A descoberta do que não se conhecia é algo que está constantemente a transformar a vida das pessoas diariamente em nosso cotidiano. O papel do professor nessa luta incansável de transmitir esses conhecimentos e aprimorar-se diante de tantos obstáculos é base de formação de novos cidadãos conscientes, éticos, cultos e democráticos. Até porque, respeitar a orientação sexual do outro não impede que você deixe o ser como ele é, ou tenha outra opção diferente da considerada padrão por uma sociedade historicamente excludente. Sociedade esta que ao mesmo tempo, vive uma crise econômico-política atual muito forte, e, interfere diretamente no equilíbrio da nossa nação, inclusive desorganizando outros setores que, por falta de recursos financeiros desaceleram ou inutilizam programas sociais que podem amenizar essas formas de coibir o outro de expressar seus sentimentos humanos como: machismo, racismo, homofobia e até outras práticas que atentam a vida de jovens seres humanos, que apenas querem ser felizes em suas escolhas de gêneros.

Sexualidade é um fator sério da nossa vida humana para ser feliz. Este trabalho enfatiza a necessidade de ser tratado do assunto e trabalhado de forma direta e objetiva com os educando em sala de aula, por professores qualificados e preparados para elaborar, aplicar e discutir o tema da orientação sexual, nos contextos onde se inserir, e, com o público que necessita se apropriar com mais profundidade do assunto. Visto que, no cotidiano de hoje não podemos mais aceitar que nações, etnias ou grupos sociais briguem, entre si ou, com outros elementos da sociedade pela simples não aceitação da orientação sexual destes. A relevância e abrangência da sexualidade humana é presente, como já mencionada, em nossas vidas, e, proibir o prazer sexual ou desestimulá-lo, quando não entendido de forma normal, é o mesmo que dilacerar uma parte da felicidade do ser humano que o vivencia.

Esse tema é impactante na vida tanto feminino, quanto masculino. Há que vencer velhos paradigmas ou obstáculos, que a nós foram impostos como certos, e, já não podem mais serem aceitos. E, através de uma inovação ou mudança radical de uma parcela da sociedade que ainda pensam como os do século passado, nesse sentido exposto, devem urgentemente rever suas bases de valores e conceitos e reconceituar-se no sentido não apenas de aceitar, mas, de compreender toda essa diferença que existe na sexualidade do seu próximo, e, que não é obrigado a ser como velhos padrões sociais sempre impuserem a toda a sociedade.

Os estereótipos que se apresentam em nossas escolas não podem ser deixados de lado. Todo o jovem, por sua força e energia vital, a expressar-se com toda vitalidade se oportuniza a novos desafios, novos caminhos e novas escolhas. A transversalidade da orientação sexual através dos Projetos Políticos Pedagógicos, vigentes nas escolas ou educandários, deve trazer bem clara em sua concepção formas e momentos de aprendizagem dentro do contexto escolar para que os educandos sintam segurança e clareza de se discutir, e, compreender melhor sua vida dentro de um contexto tão diverso, que ele pode expressar com amor e respeito a sua forma de amar diferente de uma amplitude heterossexual padronizada por modelos sociais, que não é adequada ao que ele vivencia. Esses PPPs devem estar interligados com todos os segmentos da escola, mas, devem também trazer informações concretas aos educandos para melhor nortear sua direção de vida.

As políticas públicas tem o papel de organizar formas que melhor se acentuam a humanidade de viver em paz com equilíbrio e harmonia. A partir disso,

contando com os segmentos da educação, nesse sentido de orientar gêneros diferentes, os professores são a base fundamental desses esclarecimentos, cujos objetivos a serem alcançados tem de serem diretos e concisos. Os mestres também precisam ter a sensibilidade de compreender que dentro dessas diferenças de escolhas são seres humanos, que vivem conflitos de mudanças importantes em suas vidas, que necessitam de apoio e compreensão para poderem direcionar seus caminhos no futuro e, não caírem em desfiladeiros terríveis, que vemos os jovens se perderem em nossas jornadas laborais as péssimas escolhas feitas: drogas, prostituição e violências urbanas de todas as formas vistas, que encurtam vidas e ceifam sonhos que jamais serão vivenciados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais trabalham em conjunto com políticas públicas mais igualitárias e formação de professores para esclarecer essa temática da orientação sexual. Novas pesquisas ainda são necessárias para aprimorar essa conceituação na prática da aceitação do diferente dentro de uma transversalidade de orientação de gênero. A utilização de encontros, cursos, seminários ou outras formas de aproximar todos esses elementos devem ser pensadas pelos PPPs. Esses momentos de formação têm de ser tratados, preferencialmente, dentro da escola, por quem vive a realidade de sala de aula e encontra a dificuldade dos alunos ultrapassar seus obstáculos. Porque, é nessa que preparará, formará e enviará os jovens para vida. E, dependendo do que for construído moldará a nossa nova civilização, e o futuro depende de nós professores, essa parte da nova história a ser escrita. Superar o problema da não aceitação da orientação sexual de outrem, a qual, não é considerada dentro dos padrões aceitáveis de uma sociedade complexa a algumas posições e subversiva a outras, eis o desafio que se impõe.

Se partirmos do princípio que uma parcela significativa da população vivencia esse problema (uma orientação sexual diferente) e não é aceita, compreendida ou tolerada quer dizer que a suposta “maioria” sempre imporá a sua vontade? Não, até porque, se assim fosse os Direitos Humanos, que estão aí para contribuir com a equidade entre gêneros, não teria sentido. Mas, afirmo que, as atuais principais siglas que condenam o autoritarismo machista, LGBTs², não teriam se firmado solidamente se não houvesse justificativa, necessidade e público para toda essa angustiante temática acima representada. E, fazendo valer o que nossa Constituição

² LGBTs é a sigla que define um grupo não governamental em direito dos homossexuais (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) em nosso país.

Federativa prescreve que é o direito a todos serem iguais e assim serem respeitados, mesmo que, representem uma minoria dessa sociedade.

Em suma, os modelos estereotipados que o homem construiu e tomou como seu de posse está passando por transformações que devem ser estudados, analisados e compreendidos dentro do contexto escolar, pelos alunos, pelos professores, coordenadores pedagógicos, supervisores escolares, direções de escolas, enfim, todos os segmentos escolares alinhavados nessa perspectiva de crescimento cultural a fim de que estereótipos como o de orientação sexual não seja um problema nem singular, nem plural, para que não interfira na vida do outro, e, muito menos deixe de ser agregado na formação de professores ou políticas públicas que precisam estar voltadas a aspectos consideráveis como esses para o bem comum de todos os cidadãos que compõe essa e outras nações desenvolvidas e, que ainda querem evoluir muito.

No capítulo primeiro é apresentado o Estado do Conhecimento e a transversalidade do tema orientação sexual, com seus descritores, e a posterior com coleta e análise qualitativa dos mesmos, acessados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na sequência foi mostrada a importância do Projeto Político Pedagógico juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais dentro das Políticas Públicas atuais. Em seguida destacou-se a relevância do conhecimento e sua evolução social e científica para uma compreensão dessa transversalidade de escolha de gênero. E, no capítulo terceiro a Sexualidade e a Formação de Professores com informações e colocações sobre o ofício docente na dinâmica moderna de se dar aulas e trabalhar com uma vasta miscigenação de pensares exaltando a escolha de gênero pelos jovens como algo a ser considerado com muito respeito e normalidade.

O capítulo seguinte é destinado à análise dos documentos PCN e PPP da escola pesquisada, apontando e analisando as evidências do tema nestes documentos com os objetivos geral e específicos atingidos. E a metodologia abrangida se valeu de uma pesquisa bibliográfica com análises de documentos, onde a análise descrita mostrou apontamentos importantes a serem considerados no trabalho e, expos etapas de reflexões a serem incorporadas, e momentos que precisam ser finalizados, estando com incompletudes e necessidades de novas reflexões.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Opção e Concepção

No presente capítulo relataram-se os caminhos da metodologia que nortearam esta investigação, e na sequência o campo do conhecimento científico sobre o tema presente ou ausente da orientação sexual no PPP dessa escola de Ensino Médio, em que, o estudo realizou-se. Conforme mencionado, a investigação se valeu da análise do Projeto Político Pedagógico da escola, LDB³, PCNs entre outros documentos. A presente dissertação está alinhavada numa abordagem metodológica de caráter histórico-crítico, de natureza bibliográfica e documental. O objetivo principal se deteve em analisar a presença/ausência da transversalidade da orientação sexual no Projeto Político Pedagógico (PPP), de uma escola do Ensino Médio no Município de Frederico Westphalen – RS, expressos após análise dos documentos fornecidos pela instituição.

Assim este trabalho utilizou-se de um posicionamento teórico-metodológico em que a contradição está posta na construção da antítese. Antítese é, no caso, o discurso neoliberal⁴ do estado brasileiro que orienta as Políticas Educacionais.

Conforme já mencionada à dissertação valeu-se do estudo bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica deu o suporte teórico acerca das obras sobre a temática foco da investigação. Representou uma fonte de orientação e aprendizagem fundamentais (MARKONI; LAKATOS, 2003).

A pesquisa documental objetivou o confronto entre a teoria, os autores com os documentos analisados, percebendo os não ditos, os implícitos, as contradições. Nessa dimensão foram utilizados os PPPs, os PCNs, majoritariamente. Os mesmos auxiliaram a compor possíveis respostas às questões da pesquisa.

A abordagem metodológica dessa pesquisa enfatiza a necessidade de se pesquisar algo que venha ao encontro de soluções para problemáticas sociais que integram velhos e atuais paradigmas/estereótipos modernos da vida escolar. É necessário explicar e compreender o que se pesquisa a fim de construir com rigor científico, proposições de análises e discussões dentro do proposto pelo trabalho

³ LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

⁴ Relativo ao Neoliberalismo ou adepto a essa doutrina político-econômica.

acadêmico, que se desenvolveu através da análise de documentos fornecidos pela escola.

De acordo com Porto:

Desde seu projeto político/pedagógico constitui-se assim, a escola em portadora de uma cultura determinada, cultura viva cuja dinâmica se constrói na ação conjugada de seus constituintes internos: os alunos, portadores da cultura do meio em que vivem, e os professores que, além de sua própria cultura, ao se constituírem em corpo docente, assumem compromisso profissional com a proposta pedagógica da escola, informada pelos valores consensualmente definidos e instrumentada pelos saberes e habilidades requeridas (2001, p.18).

Observa-se que a escola necessita de uma boa funcionalidade na organização e prestação de seus serviços educacionais dentro do contexto escolar para uma ótima aceitação e aprovação pela comunidade e região, no meio acadêmico, social e local. Os professores em uma boa porcentagem apresentam formação na área, e muitos com cursos de pós-graduação no nível de *stricto sensu* e *lato sensu* concluídos. Salienta-se que, o aperfeiçoamento dos educadores, também faz a diferença na formação tanto do profissional, como em sala de aula, pois abre a possibilidade de ampliar e modificar a realidade em decorrência de seus conhecimentos, contribuindo assim para um melhor ensino. Percebe-se que, uma formação consciente e atualizada é muito importante no momento da construção de um Projeto Político Pedagógico, até porque, a sexualidade é uma pauta científico-social que abrange diversas áreas do conhecimento inclusive, a psicológica-humano-social dos indivíduos. Imbernón aponta muito bem essa ação ao falar da formação docente profissional:

A formação permanente do professorado requer um clima de colaboração e sem grandes reticências ou resistências entre o professorado (não muda quem não quiser mudar, ou não se questiona o que faz aquele que pensa que está muito bem), uma organização minimamente estável nos centros (respeito, liderança, democrática, participação de todos os membros etc.) que dê apoio à formação de uma aceitação que existe uma contextualização e diversidade entre o professorado e que isso leva a maneiras de pensar e agir diferentes. Tudo isso contribui para conseguir uma melhoria na aceitação de mudanças e de inovação das práticas (2009, p. 26).

O contexto vivido atualmente na educação brasileira, tanto quanto, em nossos estados e municípios é catastrófico. É válido salientar que, a atual realidade educativo-social da instituição escolar, como já mencionado, passa por

metamorfoses⁵ sociais, governamentais e econômico-administrativas, que enfrentam sérios problemas estruturais e políticos implicando direta e indiretamente na elaboração e aprimoramento de programas e metas, referentes ao enredo escolar. Até porque, as políticas públicas geralmente se atualizam de acordo com as necessidades apresentadas pela população, e a formação de professores nesse sentido esclareceria e, muito, a diversos elementos envolvidos a necessidade de se trabalhar, organizar e compreender essa temática da transversalidade da (des) orientação sexual que os jovens vivem em seus mundos. E, é desta forma que o Projeto Político Pedagógico também necessita de uma mudança conforme a sociedade e a escola muda e se transforma. Por isso, a necessidade de buscar compreender esse contexto e contribuir para sua melhoria e qualificar as informações.

Essa elaboração manteve como eixo a perspectiva do contexto de uma sociedade capitalista neoliberal. A contradição entre presença/ausência se direciona, também, como fundante na condução do estudo. A pesquisa documental foi embasada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), como cita Santos:

[...] Bardin (2011) define descrição analítica apresentando as prováveis aplicações da análise de conteúdo como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação (2012, p.384).

A análise metodológica de um Projeto Político Pedagógica, feita no decorrer desse estudo auxilia a entender melhor as perspectivas que se almeja na direção que se quer chegar. A transversalidade da orientação sexual geralmente não está expressa nesses documentos. Como, também, não fora explicitado nos PPPs nos períodos de tempos em que foram analisados. Isso nos leva a pensar que a realidade atual em que vivemos estaria aquém da vivida num mundo global. Sim. E, é por isso, e, por tantos outros motivos que é necessário (re) pensar momentos, direcionar novos caminhos, e, refletindo e problematizando a partir da ciência no sentido de apontar novas soluções nesse cenário.

5 Metamorfose: Quando falamos em metamorfose (do grego *metábole* = mudança), referimo-nos às mudanças que ocorrem na estrutura, na forma do corpo e até mesmo na forma de vida de alguns organismos durante seu desenvolvimento. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-metamorfose.htm>.

2.2 Desenho Metodológico

Esta investigação é de Natureza qualitativa valendo-se da descrição e análise dos documentos, onde a análise considerou, conforme já explicitados, os PPPs, os PCNs, entre outros documentos.

Para Minayo (2000) a pesquisa qualitativa auxilia a compreensão do mundo e das ações humanas. Para Silva; Menezes, (2005, p.20) “pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”

Vale dizer que, o aspecto subjetivo das crenças e significados não está dissociado do mundo objetivo.

2.3 Instrumento de Análise

Para análise dos documentos escolhidos, quais sejam, PPPs, PCNs, confrontando-os com a bibliografia específica, foi sendo composto o processo de análise, conforme Gamboa (2006) apud BALECHE (2011), somente coletar dados não é suficiente. A análise é o ápice da investigação.

O uso da análise documental possibilita melhor compreensão, qualitativas das mensagens e informações.

Nesta pesquisa a análise foi organizada a partir das orientações de Bardin (2016):

- a) pré-análise;
- b) exploração do material;
- c) tratamento da informação, seleção e interpretação.

Coloco a importância desta fase inicial em que foram destacadas as categorias Transversalidade da Orientação Sexual, Formação Docente e Projeto Político Pedagógico, os quais foram mapeados no Estado do Conhecimento sobre a temática.

2.4 Panorama Geral dos Descritores

Foram utilizados três descritores para facilitar a compreensão do tema Transversalidade da orientação sexual dos jovens na sociedade atual. Fundamentados em dados de dissertações e teses de publicações de instituições

federais públicas e comunitárias particulares importantes de nosso país como a USP (Universidade Federal de São Paulo), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões), UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) para melhor esclarecer as afirmações dentro de um diálogo exploratório teórico explicativo desse trabalho.

2.5 Análise do Conteúdo de Alguns Trabalhos

Nas dissertações e teses encontram-se, em sua maioria, no repositório da CAPES e nesta somente temos acesso ao tema, sexualidade, formação de professores, projeto político pedagógico e resumos, ficando impossível uma análise profunda dos conteúdos dos trabalhos.

Selecionando alguns desses trabalhos para melhor compreensão do estado do conhecimento, do tema proposto, iniciamos com a “sexualidade” e o que Dall’Alba nos traz a respeito:

[...] O entendimento da homossexualidade, tal como é hoje mais ou menos estabelecido, teve sua emergência a partir do Século XIX, nas sociedades industrializadas ocidentais, como esclarece Weeks (1999, p.65-66). O autor argumenta que a homossexualidade existiu “em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos” e era “aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades”. Weeks afirma que a homossexualidade existia antes do Século XIX, mas o homossexual como um tipo distinto de pessoa, significado como diferente da pessoa caracterizada como heterossexual, foi uma invenção posterior, (2008, p.103).

Nessa citação percebe-se a constatação de que a sexualidade século após século vem sendo vislumbrada numa perspectiva de olhar não só para o físico, mas, para o interno do ser humano, e, sem perder a essência dos sentimentos envolvidos que regem cada um de nós. Principalmente quando jovens, necessitamos dessa compreensão, do respeito mútuo, da aceitação e, com certeza que a sociedade olhe, sem julgamentos precipitados, pois, todos somos partes do gênero humano em que vivemos, e, coexistiremos para sempre. Então, por que ainda discutir a aceitação ou o repúdio de uma orientação considerada diferente, se todos nós coexistimos em uma mesma imensidão planetária? É sobre essa e outras questões que, esse trabalho, embasa o seu desenvolvimento oportunizando diálogos e, discussões a

respeito da presença/ausência da orientação sexual, no projeto político pedagógico do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino. Assim:

Ao trabalhar como/nos contextos escolares o foco não são as condições ou as práticas sexuais dos indivíduos, mas a norma que valida às discriminações justificadas pela desestabilização da coerência sexo-gênero-sexualidade. Nesse sentido ao trazer as narrativas do sujeito LGBT, procuro problematizar mais do que as identidades sexuais e de gêneros desses sujeitos, mas os processos sociais envolvidos em sua construção. O que almejo trazer para o debate são as formas de silenciamento, invisibilização, subalternização de determinados sujeitos socioculturais identificados como “diferentes”... , portanto transladar as sexualidades da esfera pessoal para a política colocando em relevo o lado mais sombrio da privatização das sexualidades: a sua despolitização (BRAGA, 2012 p. 14).

A autora traz uma contribuição que coloca mais de que um conceito ligado ao termo orientação sexual. Aqui, também, menciono a sigla LGBT (entendida como Lésbicas, Gays, bissexuais e Transgêneros) que, reforça a atualização dessa mudança de gênero que a sociedade (con) vive e, mesmo assim resiste, ou, não aceita, o que para alguns é compreendido como diferente e não correto. Mas, afinal, expressar o que se sente sem intervir na escolha do outro é incorreto?

Novas perguntas surgem no ambiente escolar, e Nóvoa (2007), assim como a formação de professores deve ser continuada e alinhavada em processos de mudanças, que permeiam o contexto escolar, não podemos deixar de esclarecer, compreender e aceitar, respeitando a escolha de gênero de outra pessoa e não impedir de a mesma seguir seu caminho evolutivo com as mesmas condições e oportunidades num contexto social em que todos os cidadãos devem possuir direitos.

As leis humanas incluem os direitos e deveres. Na prática essa observação, na sociedade moderna, tem uma acentuada distorção. A aceitação de algo que foge aos padrões de dualidade desses dois gêneros ainda é muito complexa, para não se dizer quase improvável. As políticas públicas tentam oportunizar espaços, mas, nossa sociedade ainda vive paradigmas ultrapassados de preconceitos que não contribuem em nada para o desenvolvimento cultural, social e humano.

Contribuindo com essa temática apresentamos outro aspecto importante referente à “formação de professores”.

Essa abordagem propõe a inovação na prática cotidiana de sala de aula do professor com o seu aluno. De forma que, a inovação que se trata nessa contextualização pode assumir diversos conceitos, mas, precisamente colocarei

dentro do âmbito educacional em relação com os preconceitos envolvidos na socialização da educação através do ensinar para educar. Haja vista que, dentro de um contexto escolar, com os paradigmas sendo modificados e, muitos camuflados, para não serem tocados em sua essência percebe-se que só ensinar sobre reprodução humana na área científica biológica não comporta mais toda essa mudança. A seguir verifica-se num contexto educacional a necessidade de não camuflar a verdade e sim explicitá-la coerentemente dentro de padrões necessários às mudanças que exigem uma formação de professores contemporânea. Com efeito:

Ao longo da história humana em muitos momentos ocorreram situações muito similares às que presenciamos hoje com a ideia de “inovação”. O que há de novo ou diferente? Inovar não se trata de inventar, mas de recriar, revestir com uma ideia não pensada até então, surpreender. Porém, temos que estar atentos aos subterfúgios que encobrem verdades, engambelam ou mascaram velhas práticas com roupagens novas. Será que não estamos guardando vinho novo em pipas velhas? (NOGARO; BATTESTIN, 2016, p.360).

Essas práticas antigas de que tratam os autores acima podem ser evidenciadas dentro da sala de aula, quando professores são questionados por seus educandos por que não podem expressar seus sentimentos, dentro da sociedade em que vivemos, ou, a sua compreensão sobre a orientação sexual dentro da aceitação e respeito social-moral não se é respeitada num coletivo. Muitos educadores preferem responder a essas inquietações com outras como, por exemplo, “o porquê?” esses jovens não atendem aos padrões “considerados normais” na sociedade para evitar dissabores ou aborrecimentos futuros.

Dentre essas e outras atitudes percebemos que para alguns professores não lhes falta formação, mas, talvez, o chamado “jogo de cintura” para se lidar com essas situações. Ainda poderíamos inferir que, em muitos casos podem apresentar-se limitados a responder, pois, muitas vezes resposta lhe foi negado em seus bancos escolares. E, quem sabe, essas dúvidas e inquietações ainda pairam sobre suas cabeças e carecem sim de esclarecimentos e respostas que necessitam não só de pesquisas acadêmicas, mas, discernimento, respeito e amor ao próximo, inclusive.

A maioria dos jovens são por natureza uma constante explosão de energia. Nesse período seus hormônios estão sofrendo explosões diárias e significantes que interferem diretamente em seu corpo humano. As explicações teóricas são

necessárias sobre todo esse processo detalhadamente de mudanças. A formação de professores oportuniza uma clareza de conceitos e informações necessárias para esse diálogo, debate e somatização do conhecimento. Uma vez que, o mundo muda constantemente e, nosso professor tem de estar dentro dessas perspectivas de mudanças cotidianas. A quebra de paradigmas sociais é uma delas. O não compreender a escolha de outrem é algo aceitável sob o ponto de vista do desesclarecimento. Agora o não respeitar isso é inadmissível.

Ao observarmos os estudos na área da formação de professores é visto que o mestre que está sempre em atualização leva grande vantagem em relação àquele que por diversos motivos estacionou seu aperfeiçoamento. Ainda, consideramos que, a maioria dos professores tem uma formação de qualidade, e, é necessário atualizarem seus discursos, conceitos e informações para continuarem a desmistificar rótulos como a resistência social de aceitar a transversalidade de uma orientação sexual diferente, que nada impede de cada um seguir a sua vida com seus gostos, hobbies, prazeres ou outras maneiras de se sentirem bem em suas vidas cotidianas.

Em relação a essa sequencia de informações trago o Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal de São Paulo, intitulada autopesquisadora, para afirmar que desde cedo conhecer, compreender e socializar as informações facilitará na quebra de paradigmas de jovens e sociedade em geral. E suas fases de entre laços educacionais com esse tema proposto de maneira que conforme, Ildebrando possibilita uma ligação no ensino médio:

Neste trabalho, a análise de documentos se constitui como um divisor de águas, tendo em vista como a... atuava antes de se autodenominar como uma escola pesquisadora e seus registros de tal fato. Assim sendo, o cotejamento da proposta pedagógico da escola dar-se-á em categorias de análise, na perspectiva do que foi acrescentado ou suprimido, verificando aproximações ou distanciamentos dos registros do projeto político pedagógico de 2009 – momento em que a escola ainda não trabalhava com esse paradigma de escola pesquisadora – e com o projeto atual, (2017, p.85).

Partindo do princípio de que todos os segmentos educacionais podem executar pesquisa, dentro de suas capacidades e possibilidades, indiferentes do grau de ensino e, se possível sob a orientação de um professor que possa auxiliá-los, o Projeto Político Pedagógico oportuniza em seu papel social momentos de interdisciplinaridade entre os docentes. E, ressalta o valor de consideração da realidade local de cada instituição escolar para salientar a orientação dos trabalhos

dirigidos aos anseios de seus alunos e comunidades locais relacionando-os com abordagens emergentes atuais. Podem revelar a real situação da instituição e seus problemas para serem resolvidos dentro das possibilidades que venham a ser construídas através desse documento e de seu coletivo.

Ao relacionar os trabalhos na linha de pesquisa sobre Projeto Político Pedagógico destaco a compreensão, que demonstra a citação abaixo de Fenner sobre o tema:

Todos os Projetos Políticos Pedagógicos possuem sua proposta educacional alicerçada na construção de um currículo flexível, colaborativo, reflexível, investigativo e prospectivo. Tem a intenção de evidenciar a importância de educar seus estudantes. As propostas políticas pedagógicas apresentadas pelas escolas vão sempre ao sentido de construir estudantes que assumam o compromisso com a vida e o meio ambiente, que saibam viver em comunidade, que respeitem as diferenças e que sejam capazes de projetar o seu futuro com mais responsabilidade (2014 p.35).

As colocações acima de Fenner indicam que, tudo gira em torno de como o ser humano constrói seus valores sociais e morais, sem deixar de lado seus sentimentos, então teremos que levar em consideração o direito de escolha por parte dos nossos jovens, a fim de que, sua transversalidade da orientação sexual, optada, também seja respeitada, compreendida e, acima de tudo, aceita. A escola deve oportunizar espaços que permitam essa discussão, referente às opções sexuais de cada um, com sua devida aceitação e respeito pelos diferentes. E essas diferenças tangenciam dentro dos direitos humanos, do que afirmam as políticas públicas, e leis morais e sociais, o livre arbítrio de nossos jovens terem o direito de se amarem dentro de suas escolhas de gêneros. Seguramente, antes desse debate e apresentação de tamanha relevância social, os mesmos, devem ter momentos de reflexões por parte de seus professores ou mestres que facilitem todo esse elo social-moral-educacional com muito respeito e discernimento na transversalidade proposta.

É oportuna a afirmação de Minayo quando salienta sobre a metodologia da pesquisa em alguns de seus trabalhos:

Da forma como trabalhamos nesse trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador... Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática, (1994, p.16).

Os caminhos a serem trilhados nesse desenvolver das análises dos trabalhos são vastos. É importante fazer conceituações, novas delimitações, explorações e concretizações de fatos ressignificando-os, organizando novas análises e formulando novas respostas para ter possibilidades de outras perguntas. Portanto, analisar os conteúdos permitiu estabelecer novas metas e possibilitar novos conceitos.

Na sequência dos trabalhos refletimos sobre a importância do Projeto Político Pedagógico e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais na perspectiva do tema da Orientação Sexual.

3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A TRANVERSALIDADE DO TEMA ORIENTAÇÃO SEXUAL

3.1 O Projeto Político Pedagógico como Gestão Democrática na Escola

Quando se trata de organizar e gerir uma instituição pública a responsabilidade é grande. E, partindo dessa afirmação tenho certeza que a instituição escola hoje é uma gama de exteriorizações de estereótipos das mais variadas formas que podem ser encontradas. Com isso, além de um professor muito bem preparado e atualizado, em sua jornada laboral de trabalho, é preciso uma sensibilidade intensa no que tange as questões de jovens que se descobrem em um turbilhão de confusões sobre sua vida sexual e, como melhor vivenciá-la, partindo do eixo inicial que, sua escolha não seja o que deve ser considerada normal aos olhos humanos, mas que satisfaça seus desejos humanos com amor e prazer.

Em relação à sexualidade e ao poder político Alvarez menciona a importância da governabilidade para Foucault:

[...] Para Foucault, soberania, disciplina e governamentalidade são diferentes tecnologias de poder. É preciso, no entanto, perceber que o poder para Foucault é uma forma de ação que é produtiva, e não apenas negativa. Quando alguns homens agem sobre a ação de outros, existe poder, por isso o poder está presente em qualquer convivência social. Se o poder soberano é aquele que pode levar à morte ou deixar o súdito viver, o poder disciplinar está voltado para o adestramento dos corpos, buscando objetivos produtivos. A governamentalidade, por outro lado, tem como alvo o governo de populações (ALVAREZ *apud* FOUCAULT, 2010, p.1).

E, é através desse foco de populações, que a gestão democrática, integra a participação de todos em escolhas, decisões e inovações, como permeia a escolha de gênero pelos jovens para viverem em paz com sua sexualidade. Uma vez que, um cidadão participante deve escolher o que é melhor pra si, sem prejudicar o alheio. Entendo também que, a participação em tomadas de decisões, sem dúvida alguma, é necessária para que se contemple o todo. Mas, o respeito e o amor ao próximo não pode ser deixado de lado.

A citação que expressa à gestão democrática da escola como alicerce na construção discussões e formação de professores dentro da temática a ser analisada é assim exposta por Fontana:

[...] Complementando a esse conceito tem-se a gestão democrática escolar que segundo Paro deve estar alicerçada na participação da comunidade e esta deve acontecer na prática, pois “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta”. É sabedouro que este processo é muito lento e possui muitas barreiras para serem derrubadas e se constituir como projeto, mas é preciso força de vontade dos sujeitos que estão presentes na escola devem se dispor a enfrentar os desafios e transformar a escola num espaço na qual todos possam participar. Sob essa perspectiva pode-se perceber que a gestão democrática tem embasamento legal para se constituir dentro da escola. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 206, no inciso VI, ressalta que a gestão democrática do ensino público como um dos princípios que nortearão o ensino no país (2011, p.4).

Ao ler essa afirmação percebemos que ela é fator integrante dos sujeitos envolvidos para facilitar a ruptura dos estereótipos que se criaram em cima da questão sexual humana. E, eliminar barreiras que dificultem a aceitação desses jovens na vida humana e social é papel do professor enquanto mestre, pesquisador e formador de opiniões.

As políticas educacionais muito avançaram para qualificação da educação, mas, nesse aspecto, da escolha da opção sexual de cada um, percebemos que há trabalho a ser feito e, necessitamos começá-lo para outros que vierem depois poder ter uma base de sustentação para continuar o processo evolutivo moral, social e humanista.

A crença na mudança de construção de valores sociais para melhorar nossa sociedade, é também, aceitar o considerado diferente, que nada mais é do que um gene, uma expressão gênica vislumbrada de outra forma, na fenotização⁶ do ser humano. Sem levar em consideração os sentimentos de valores que todo ser humano tem de se interessar por outrem a partir de uma forma de afeto. Nesse caso, o verdadeiro ato de amar para também ser amado e, satisfazer suas necessidades biológicas e psicológicas enquanto indivíduo humano.

Nossa política educacional tem que oportunizar, não só espaço de diálogos, mas momentos de aceitação, sem coibir o direito de amar para ser amado, em uma sociedade que o preconceito é histórico e arraigado numa prática injusta contra negros, prostitutas e homossexuais de todas as maneiras. Mesmo não sendo praticada por uma maioria, é expressivo em nosso país essa evidência. Sendo nosso dever contribuir, principalmente dentro da escola, em nossos espaços

⁶ Fenotização: vem de Fenótipo; dos genes humanos, é a expressão real do gene de um ser vivo, a sua forma física biológica.

educacionais para impedir e combater essa prática aterrorizante contra pessoas que só estão querendo viver o seu direito de escolha.

3.2 Afinal, qual a importância do Projeto Político Pedagógico?

O Projeto Político Pedagógico em que se está alicerçado a orientação da escola é descrito como importante documento que traz propostas de acordo com a inserção da comunidade escolar, enfatizando sempre o educando, que é objetivo principal de se construir esse documento. Ele é também conceituado da seguinte forma, quando se trata da questão identidade:

É desafiadora, porque as questões por ela suscitadas ocupam, cada vez mais, o centro da discussão, decisão, organização das escolas. Essas questões emergem, com certeza, do/no cenário socioeducativo da contemporaneidade, cenário configurado por profundas transformações científicas, reveladas pelas perplexidades postas/impostas aos atores e às instituições sociais e educativas, desafiando-os quanto ao movimento projetivo em tempos de contínuas e vertiginosas mudanças (PORTO, 2001, p.11).

A proposta colocada em seus mais diferentes aspectos pelo PPP mostra diversos temas de relevância social, cultural e atual sobre a realidade e o contexto que a escola vive, em seus dias de hoje, oferecendo propostas de eixos temáticos que necessitam ser trabalhados como questões a serem compreendidas, e orientadas dentro das vivências e experiências, inclusive, o que se propõe essa pesquisa detectando a presença/ausência da transversalidade da orientação sexual, com esse olhar acerca de como se esta sendo trabalhado no ensino médio através de escola analisada.

O Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado considerando diversos fatores históricos relevantes à educação atual. Os fatos contribuíram para sua elaboração em diversos aspectos como é citado também pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que revelam em sua justificativa de elaboração:

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio vem se intensificando desde a década de 70, provavelmente em função das mudanças comportamentais dos jovens dos anos 60, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade. Com diferentes enfoques e ênfases, há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, repensar o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino (PCNs,2017, p.7).

Esse PPP que surge na educação é um reflexo importantíssimo da necessidade de se estabelecer elementos que integram nossa educação temas para serem discutidos:

o projeto pedagógico é um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado. É um instrumento clarificador de ação educativa da escola em sua totalidade (VEIGA,1998, p.106).

A discussão de ideias sempre é relevante no campo científico da educação. As propostas trazidas por um PPP estão organizadas em uma sequência de necessidades apresentadas dentro do contexto da escola para abranger uma realidade que abriga os alunos nas suas mais diversas realidades em que vivem.

Transcrever e dialogar tem diferenças no sentido e na prática das palavras. Uma vez que, o momento atual exige reflexão. E colocar ideias em discussões pode gerar conflitos, dependendo o contexto, a temática e os objetivos a serem atingidos e, ainda podem levar a novas ideias para serem colocadas em prática. Então, discutir um tema necessário no momento em que se vive, como a sexualidade, a orientação de gênero e, infundir uma abordagem dinâmica, imparcial e evolutiva na mente dos jovens que passam por esse momento de transformação e convivem nas barreiras e estereótipos criados no seu lar, em sua escola, no seu trabalho, enfim, na sociedade em que vivemos, é tarefa complexa. E, faz-se imprescindível alinhar com a realidade vivenciada, sem expor uma vivência que, muitas vezes é sufocada ou amedrontada pelos meios sociais, se torna muito difícil, marcando negativamente uma vida.

As políticas públicas governamentais alavancam muitas formas de se trabalhar o tema da orientação sexual na sociedade atual. As ações que são desenvolvidas através dos projetos em parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, que possibilitam uma inserção e intervenção positivas para suas realizações, trazem e favorecem aos jovens se reconhecerem e trabalharem tais

aspectos na família, na escola e no contexto geral social em que vivem com seus conflitos ou realidades.

Em suas metas o (Plano Nacional de Educação), PNE, (Brasil, 2014), fornece informações relevantes para colocar estimativas de nossos jovens a respeito da escolaridade e permanência na escola. Esse fator pode estar, também, ligado aos aspectos que criam barreiras naturais para a permanência e término de seus estudos. Uma vez que, discutir orientação de gênero pode implicar em conflitos, medos, e, muitas vezes interferências negativas familiares e sociais que, possam de alguma forma impedir que esses jovens que passam por essa transformação corporal e psicológica concluam seus estudos na escola básica.

Para Sampaio, analisando o PNE e as dimensões das desigualdades no Brasil, da progressão escolar e da permanência dos jovens na escola:

Em relação à progressão escolar, é possível perceber que o PNE não estipula que seja completamente resolvida essa questão até o final de sua vigência: a meta dois define que 95% dos jovens deverão concluir o Ensino Fundamental na idade adequada e, em sua meta três, busca a universalização do acesso à escola dos adolescentes de 15 a 17 anos, o que não significa que estes precisem necessariamente estar no Ensino Médio. Até 2024, 85% desses adolescentes deverão estar no Ensino Médio, o que significa que o PNE aceita que 15% deles estejam ainda em séries anteriores ou fora da escola, (2015, p.516).

Como se vê essa questão pode ser mais um elemento a produzir a exclusão dos adolescentes no universo do Ensino Médio. Estes indicadores estatísticos apontam que mesmo num período inferior a uma década teremos uma parte considerável da população jovem fora do contexto escolar. Poderíamos, talvez, inferir que a relevância da escolha de gênero, “Não” aceita pela imposição social teria papel determinante, em uma boa parcela dessa estimativa, e, a partir dessas estimativas correlacionarem com a interferência do preconceito que envolve na vida de muitos jovens. Isso inibe muitos de continuarem seus estudos tendo que enfrentar a opinião errônea de pessoas, que não respeitam sua escolha de gênero. E, se considerarmos o debate desses aspectos importantes, por que não citar, também, a necessidade de haver políticas públicas mais intensas no entendimento dessa questão transversal, de escolha de gênero, em perspectivas de futuros debates envolvendo a temática proposta nas políticas governamentais e na construção de formação de professores com foco nessa transversalidade de estudos.

Podemos acrescentar dentro dessas reflexões, na educação com estatísticas dentro do contexto estudado, com a argumentação de Sudbrack quando, assinala que praticamente metade dos alunos não possui o ensino médio completo na idade correta. E que, em suas colocações, em 2010, já melhorou comparado a 1991:

No município de Frederico Westphalen... à proporção de crianças na escola cresceu consideravelmente em todos os níveis de escolarização. A população de jovens com ensino médio completo passou de 10,6%, em 1991, para 56,43%, em 2010. Apesar de o crescimento ter sido expressivo, ainda, no município, mais de 43,57% de jovens não possuem o ensino médio completo, na idade certa, (2016, p.10).

Iniciando uma discussão sobre a evasão escolar, elencamos diversos fatores que irão interferir nesse processo, como a não aceitação de uma orientação sexual diferente. Mas, a exclusão já pode começar na sala de aula com um fator importante que deixa marcas de profissionais que registram no DNA⁷ psicológico de muitos educandos que é a forma de como são colocados os assuntos em discussão. Através dessa clareza de dados estimados de estudantes não concluírem em tempo real a sua escolaridade média implica, colocarmos uma possibilidade de que o preconceito é um fator determinante nessa conjuntura.

Em se tratando de educação, as políticas públicas, tem um trabalho direcionado ao foco em que surge a necessidade de ser trabalhada, na realidade em que se insere. Os interesses sociais são colocados como importantes para as construções dessas ações sociais e, as possibilidades de atualizações de temas e perspectivas também fazem necessárias no mundo contemporâneo em que existimos. Uma formação de professores consciente leva a elaboração de um PPP concreto, que poderá estimular novos projetos sociais ou programas governamentais que direcionem para essas necessidades. Em relação a isso, Nóvoa aponta que o homem intervém em seu sistema de representação social:

É necessário enriquecer a aprendizagem com as ciências mais estimulantes do século XXI. A pedagogia e o trabalho do professor estão ainda muito fechados nas psicologias do desenvolvimento, nas psicologias de Piaget, em certas sociologias do século XX. A pedagogia precisa respirar. Os professores precisam se apropriar de um conjunto de novas áreas científicas que são muito mais estimulantes das que serviram de base e fundamento para a pedagogia moderna. Como, por exemplo, todas as descobertas das neurociências, sobre o funcionamento do cérebro, as questões dos sentimentos e da aprendizagem, sobre a maneira de produzir a memória, sobre as questões da consciência. (2007, p.7).

⁷ Ácido Desoxirribonucleico, que corresponde à molécula da vida dos seres vivos.

A conjuntura educacional carece de outros debates que, propiciam novos desafios a serem superados pela organização escolar, que já sofreu muitas transformações com celebridades importantes como se refere Nóvoa apoiado em Piaget⁸. E, esses elementos atuais direcionarão a novos projetos, num futuro que, levará a decisões que talvez coloquem o panorama da escola dentro dessa perspectiva de aceitação de novos gêneros, na cultura, vida e sociedade em que (co)existimos atualmente. É válido lembrar que, criar um campo favorável às discussões e vozes pensantes e com pontos de vistas formados, não quer dizer que seja necessário à aceitação de opiniões difusas, mas importantíssimo que sejam relatadas, compreendidas e acima de tudo respeitadas.

Analisando algumas reflexões de autores condizentes com essa proposta de trabalho verifica-se, que a forma como a escola interage com os educando e docentes também é válida e, através da afirmativa de Porto percebemos que:

É evidente que estas observações não esgotam a questão de como pensar e como intervir para mudar as relações de Poder na escola. Mas elas talvez tenham sido suficientes para deslocar a perspectiva predominante de que, para mudar essas relações basta democratizar a gestão da escola. Não só isto é suficiente – o que se tentou mostrar – como pode ser uma armadilha para não enfrentar o problema específico do poder na escola, que é o poder sobre o conhecimento na relação professor-aluno. Como democratizar essa relação parece ser um problema aberto à investigação. A sugestão de se utilizar o mecanismo de perguntar é uma das estratégias possíveis, cuja fecundidade merece também ser mais bem explorada, ao lado de outras estratégias que podem ser pensadas (2001, p.94).

Em face às possibilidades estratégicas coloca-se, então, a visão de suma importância de se estudar esse formato de PPP sob o olhar da transversalidade da escolha de gênero e, dentro das políticas públicas futuras, talvez, alicerçar bases concretas de argumentos para serem trabalhados com mais profundidade e seriedade dentro do meio acadêmico, social e porque não, até mesmo, estatal em termos de Políticas Públicas, especialmente.

3.3 A importância da transversalidade do PCNS nas Políticas Públicas

Os (Parâmetros Curriculares Nacionais), PCN, são importantes documentos que englobam em seu conteúdo subsídios para o trabalho docente. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura:

⁸ Jean William Fritz Piaget foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio são o resultado de meses de trabalho e de discussão realizados por especialistas e educadores de todo o país. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Servirão de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e sobretudo ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo ainda para a atualização profissional. Assim sendo, a construção de um conceito passa por uma etapa intuitiva, mais subjetiva, voltada para a experiência pessoal; uma etapa representacional, na qual existem possibilidades de se fazer análises um pouco mais objetivas e, finalmente, uma etapa conceitual, na qual, por meio da linguagem, o pensamento do aluno alcança níveis mais objetivos e generalizadores que permitem aplicar o conhecimento a novas situações (BRASIL, 2017).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são colocados enquanto colaboradores do professor e, talvez, sua inserção com mais ênfase seria mais útil na elaboração das aulas. É válido ressaltar que, na prática escolar pouco se ouve falar na condição da utilização deste documento, bem como na difusão dos temas em sala de aula para facilitar a sua abordagem, com os alunos e esses com a escola. Em referência a essa citação importante cabe destacar que, na proposta deste trabalho, referente à transversalidade da orientação de gênero o mesmo é um alicerce considerável, já que abre a possibilidade de discussões de temas de relevância e, ainda oportuniza escutar a fala de quem necessita esclarecimentos que são nossos jovens.

Outra informação importante que os PCNs sinalizam é a colocação de olhares não apenas na visão biológica dos fatos, mas verificar outros elementos, como a dimensão psicológica. Mais uma vez abrindo um leque de possibilidades de discussões inerentes ao documento citado.

Vejamos que, em sua concepção, os Parâmetros Curriculares Nacionais, na parte 3, afirmam que:

Um tema central para a construção de uma visão de mundo é a percepção da dinâmica complexidade da vida pelos alunos, a compreensão de que a vida é fruto de permanentes interações simultâneas entre muitos elementos, e de que as teorias em Biologia, como nas demais ciências, se constituem em modelos explicativos, construídos em determinados contextos sociais e culturais. Essa postura busca superar a visão a-histórica que muitos livros didáticos difundem, de que a vida se estabelece como uma articulação mecânica de partes, e como se para compreendê-la, bastasse memorizar a designação e a função dessas peças, num jogo de montar biológico (PCN, 2017).

Percebe-se que os contextos sociais e culturais são exaltados, o que favorece crermos que a opção sexual (de gênero) como determinante nesse sentido precisa ser vista sob outros aspectos como: convívio familiar, o contexto escolar vivido, o meio social inserido atualmente e, até mesmo todos esses elementos interligados à

realidade econômica das pessoas, Jesus aponta um conceito de homossexualidade e transexualidade, na orientação sexual, que complementa a utilização de PPPs e PCNs na construção de saberes e na elaboração de conceitos. Assim:

Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo, o que não se relaciona com sua identidade de gênero. Não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, ao contrário das pessoas transexuais. Transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico (2012, p.9).

Vamos nos deter nesse trabalho sobre a opção de gênero, que é muito pouco tratado e contemplado atualmente pela literatura científica, considerando a realidade nas escolas em que vivem muitos jovens escondidos debaixo das abas de bonés, toucas ou revoltas perceptíveis, mas sem um motivo definido ou conhecido de antemão. A orientação que, eles recebem na escola, muitas vezes não atende o real contexto enfrentado em seu dia-dia. Mas, exprime a necessidade de se discutir e compreender o que seu corpo demonstra e sua mente interpreta, sem deixar de respeitar sua condição biológica natural, conduzida segundo sua natureza de espécie humana.

É interessante que, os autores que abordam a relação do homem com a sociedade, e a natureza, enfocam diferentes abordagens sem desconsiderar o foco principal – a vida. Para atribuir qualidade à vida impõe-se o papel das políticas públicas em diferentes graus de intervenção, bem como, variando com a necessidade da região ou meio em que vivemos. Para Azevedo, as políticas podem ser assim agregadas:

A segunda dimensão analítica são as políticas públicas que guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve de si mesma e a terceira dimensão é o aprofundamento da intervenção do Estado na sociedade, que tem sido alvo de questionamentos teóricos e práticos; por meio de uma contextualização histórica, a autora procura mostrar como o Estado se comporta com graus diferentes de intervenção ao longo do tempo, mediante as crises sociais, econômicas e ambientais que vêm ocorrendo e que influenciam as formas de organização sociopolítica do século XX. Assim, as políticas públicas configuram os modos de articulação entre o Estado e a sociedade, apresentando-se plural por causa das diferentes abordagens teórico-metodológicas que lhe servem de suporte (2008 p.216).

Toda intervenção do Estado passa por anseios da sociedade que, através de suas políticas, está alicerçada em necessidades da população em suas diferentes abordagens sociais. Os jovens que são atendidos por essas políticas não têm

solucionado o seu problema, quando se trata da orientação sexual. Os graus de intervenção variam de região para região, de acordo com a intervenção sociopolítica de determinado recorte de tempo, nas condições administrativas que inferem nas escolas, mas ainda assim não há uma solução prática e concreta para a não aceitação de uma escolha de gênero. E, considerando o seu foco, se dirigem muito para problemas relacionados às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), que também estão ligadas ao sexo.

Essas abordagens colocam fatores interessantes de se (re) pensar de acordo como as necessidades vividas e, propor intervenção, quando necessário. Por vezes, o momento enfrentado pelos nossos jovens conclama isso. As roupagens utilizadas no contexto escolar para desviar o foco de discussões laboriosas: a exemplo à transversalidade de gêneros, permite fazer novas estruturações e movimentações a respeito desses novos conceitos sociais que não estão trabalhados na prática como seria o ideal. Sempre é válido lembrar que, a sociedade, se modifica ao longo do tempo e, traz consigo alinhavadas as interferências ou inferências das mudanças ocorridas.

Se, possuímos políticas públicas que devem tratar de fatores gerais e globais da sociedade em que estamos vivendo, também é necessário que, o equilíbrio das mesmas não deixe de lado nenhum dos segmentos da sociedade em que se está inserida e, acrescente mecanismos teórico-práticos, que facilitem o conviver em harmonia entre todos os envolvidos.

O diálogo entre o Projeto Político Pedagógico e os Parâmetros Curriculares Nacionais abre precedentes interessantes e necessários para abordagens necessárias, de acordo com a proposta que cada documento propõe. Mas, temos muito ainda a evoluir nesse sentido, e uma possibilidade é a escola e a comunidade dialogarem para a construção não somente do PPP, mas sim, das circunstâncias em que as Políticas Públicas são direcionadas para as realidades.

Ainda colocando necessidades de estudos e ações nas informações apresentadas referem-se a um olhar da transversalidade sobre a orientação sexual através do Projeto Político Pedagógico inter-relacionando com os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Políticas Públicas, que mostra o quanto os mesmos implicam na construção de um pensar coletivo capaz de alcançar a todos envolvidos no processo de ensino. Vale dizer que, falar em temas polêmicos como a orientação sexual transcende outros paradigmas, como por exemplo: a aceitação familiar, o

entendimento cultural, social, e as interferências hormonais que se manifestam no período escolar e com certeza a maneira ou foco uma direção apontada através das políticas públicas. Visto que, essa última quando voltada para a escola abrange uma série de fatores que, resultam muito bem no foco que se quer demonstrar, que é a forma com que os jovens estão inseridos, através dessas presenças/ausências de discussões concisas sobre essa temática abordada nos dias atuais, na qual é visível a interferência do não entendimento do direito do outro de ser feliz plenamente, independente de sua constituição físico-funcional-social e cultural inserida na humanidade.

A necessidade e relevância de se estudar e levar a sério o Projeto Político Pedagógico e os Parâmetros Curriculares Nacionais interligando-os dentro das prioridades da escola, da sociedade, contribuirão para uma melhor compreensão e/ou aceitação de sujeitos da realidade vivenciada dentro de um espaço que se aceite e compreenda o novo, o diferente, a fim de participar da pluralidade encontrada dentro e fora da comunidade escolar como se apresenta nesse estudo e outros educadores contemporâneos.

Por fim, dentre algumas ideias e possibilidades que podem ser trabalhados diretamente nas escolas apontamos os encontros de grupos, palestras, seminários contribuirão para ampliar o conhecimento sobre a transversalidade da orientação sexual entre os jovens.

3.4 A Importância do Conhecimento para Compreender a Transversalidade da Orientação Sexual

A ciência evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Esta evolução pode se percebida desde as escritas, as imagens, os desenhos e as formas esculpidas preservadas pela mãe Natureza, até as grandes descobertas da ciência e da nanotecnologia. Todos os dias nós precisamos organizar em nossas vidas para termos uma conduta social que atenda aos padrões considerados normais na sociedade em que vivemos. O nosso conhecimento seja ele empírico, teórico, prático ou científico, está sempre em construção e transformação de acordo com o contexto inserido. De acordo com o site da Infoescola⁹, o tabu que reveste os

⁹ Infoescola um meio eletrônico muito usado por educadores, que são formadores de opiniões entre nossos jovens, que vem ao encontro auxiliando da proposta de formação de professores.

diálogos sobre sexo parece renovar-se a cada dia. Existe aqui uma série de fatores que impedem uma conversa segura entre locutor e interlocutor desse diálogo, o qual, favoreceria com debates, que devem ser oportunizados nas escolas, orientação inclusiva do Projeto Político Pedagógico (PPP). Assim:

O conhecimento está diretamente ligado ao homem, à sua realidade. O conhecimento pretende idealizar o bem estar do ser humano, logo o conhecimento advém das relações do homem com o meio. O indivíduo procura entender o meio partindo dos pressupostos de interação do homem com os objetivos. É uma forma de explicar os fenômenos das relações, seja, entre sujeito/objeto, homem/razão, homem/desejo ou homem/realidade. A forma de explicar e entender o conhecimento passa por várias vertentes como: conhecimento empírico (vulgar ou senso comum), conhecimento filosófico, conhecimento teológico e conhecimento científico (SOUZA, 2017, p.3).

Quando conhecemos algo novo, que nos facilita a vida é tão agradável tanto quanto perceber que nosso universo em suas variáveis formas, e funções, se apresenta em uma maravilha e infinita gama de possibilidades de transformações, que moldam nossa realidade complexa. Uma frase milenar que o filósofo Sócrates cita: “Conhece-te a ti mesmo”, mostra uma necessidade de primeiro compreender o que se passa conosco, em nós mesmos, para depois entender o mundo lá fora. E, com inúmeros paradigmas modernos que coexistem em nossa realidade temos a possibilidade de entendermos, e, superá-los graças ao conhecimento ou a utilização adequada do mesmo.

Foram muitos os filósofos, cientistas, estudiosos que necessitaram do conhecimento para construir teorias científicas ou embasar suas conclusões, e, para tanto construir e viver num novo amanhã, sempre mais embasado e, alicerçado de tantas leis científicas que diminuem dilemas, bloqueios ou empecilhos que barram a produção científica. E, o conhecimento sempre que adquirido foi essencial para superar esses obstáculos, que existiram, existem e vão continuar a existir.

A palavra ciência em sua constituição teórica traz informações dinâmicas e complexas dependendo do estágio de entendimento em que cada ser humano está inserido. A cultura, o social, e o entretenimento também se constituem graças ao conhecimento organizado. Os seres vivos empiricamente possuem o seu conhecimento de vida que os favorece para facilitar a sua sobrevivência dentro de um período em que vivem. Nós podemos manifestar nosso conhecimento como exposto acima com várias formas e com vários significados, de acordo com a nossa cultura e experiência. Mas, precisamos sim, organizá-lo em uma lógica que outros

possam compreendê-lo e armazená-lo ao longo da vida, se for utilizá-lo, estudá-lo ou compreendê-lo.

O ser humano moderno tem acesso a muita informação. Porém nem tudo que se escuta, vê ou sente se transforma em conhecimento. Isso porque, nosso cérebro tem diferentes memórias para processar e armazenar essas informações. A humanidade passa por grandes e complexos períodos de estruturação, em diversas áreas. Toda sua história é passível de se conhecer, mas, nem toda ela é possível, ainda, de ser aceita ou compreendida em nível global, e podem ser possíveis os questionamentos sobre determinadas circunstâncias do que é informado em nossa sociedade.

Muitas observações podem levar a gerar várias hipóteses, que por sua vez desencadeiam possibilidades de serem testadas e aprovadas, ou não. E, a partir daí, formularem-se teorias que irão gerar novos conhecimentos e fundamentarem em diversas áreas científicas, as quais facilitam, cada vez mais, o nosso entendimento sobre tudo e todos e, continuam a organizar a compreensão de mundo que se conhece, sem deixar de lado outras dúvidas, que ainda não foram resolvidas, ou que não obtiveram uma resposta científica condizente com a realidade apresentada. Com relação à ciência como forma de conhecimento Silva, traz o seguinte entendimento quando relaciona produção científica com conhecimento:

O capital científico é conquistado principalmente pelas publicações que despertaram interesse dos membros do campo científico, sendo usado para alimentar e realimentar o processo de produção do conhecimento. Essa produção não ocorre isoladamente, visto que, para tal, é necessário captar recursos, tanto materiais como intelectuais. Nesse processo, o capital científico é a moeda que movimenta as transações. A literatura científica possibilita aos pesquisadores compartilharem informações sobre as pesquisas desenvolvidas e sobre os resultados obtidos pelos pares, proporcionando a interação e dando-lhes credibilidade, reconhecimento e prestígio no campo científico (2008, p.2).

Tudo o que é produzido no âmbito científico pode e deve estar à disposição para o acesso de todos. Claro que, a mão de obra produtora desse conhecimento tem que ser valorizada e, sem dúvida, registrada pelos seus agentes de produção, o autor, ou autores dessa realização científica para que se conheça quem o produziu. A forma intelectual ganha mais espaço e gratificação quando, como muitos autores salientam, é levada e difundida com seriedade. De modo que, um veículo documental de registro é a patente científica, conforme mencionado acima, onde, os

órgãos responsáveis registram quem criou a informação, para se estabelecer também a veracidade de determinados fatos. E tudo que se tem registro pode ser passível de questionamentos. E, estes podem ser debatidos sobre outra ótica e quando existir alguma incógnita não respondida ser novamente testados e reestruturados se houver possibilidades concretas para outros saberes científicos a serem elaborados.

A ciência, como já mencionado, tange um panorama dinâmico que desde tempos muito remotos vive tempos de questionamentos sobre os próprios questionamentos na expectativa de outras teorias ou conceitos surgirem. Não se pode esquecer que, as grandes respostas da humanidade foram conquistadas, na busca pelo conhecimento, quando grandes perguntas suscitaram, combustíveis teórico/práticos para se conhecer a solução de problemas estudados na realidade contemporânea.

Até a ciência se interessa pelo conhecimento popular, afim de que se possa tentar explicá-lo. E, embora muitos ainda coexistem com incógnitas sem soluções sabemos que não deixam de ter sua importância, ou que, em determinados momentos de nossas vidas são alicerces para uma região, ou povo, ou cultura que deles se baseiam. É interessante que, autores trazem na sua perspectiva diferentes visões sobre o dito popular, e, cada um a sua forma caracteriza-o. De acordo com Araújo:

Embora sem métodos críticos e sem sistematização, mas sendo colado às necessidades imediatas e fruto da intuição e da experiência, o conhecimento derivado do senso comum existe numa constante tensão entre os pré-conceitos, os modelos consagrados que se transmitem ao longo das gerações sem o devido questionamento de sua validade ou de suas reais relações de causa e efeito, e o dinamismo e a espontaneidade que formulam a todo o momento novas teorias e novos modelos explicativos. Enfim, apresentam as duas dinâmicas de conhecimento: a abertura e a cristalização, (2006, p.1).

Se analisarmos as produções populares no campo do conhecimento se percebe que evoluiu muito, desde as formas, ou maneiras de se executar determinados ritos ou atividades, mas não se deixou de lado a essência que, cada cultura traz arraigada em sua tradição de realizar esses procedimentos e, muitas atividades populares sem, obrigatoriamente ser científica, deixou de ser aceita, utilizada ou vivenciada por povos ou nações.

Uma temática interessante de se abordar e conhecer o que já se é compreendido pela humanidade é a questão da transversalidade da orientação

sexual, conforme se salienta no título e no decorrer deste estudo, e segundo a visão de determinadas culturas, e, em determinados períodos de tempo da sociedade. De forma que, essa orientação deriva de um antônimo heterossexual diferenciado humanamente em feminino e masculino, e, acrescido atualmente de outras denominações classificadas de acordo com os diferentes gêneros aceitos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, através do Ministério da Educação e Cultura, MEC, na primeira parte trazem informações importante sobre o assunto, assim expressa:

Se as palavras, comportamentos e ações dos pais configuram o primeiro e mais importante modelo da educação sexual das crianças, muitos outros agentes sociais e milhares de estímulos farão parte desse processo. Todas as pessoas com quem convivem outras crianças, jovens e adultos ao expressarem sua sexualidade ensinam coisas, transmitem conceitos e ideias, tabus, preconceitos e estereótipos que vão se incorporando à educação sexual, (BRASIL, 2012, p.291).

Falar sobre a temática sexo é milenar. E, os familiares responsáveis tem essa obrigação de instrução, também. Mesmo que, em ilustrações de eras muito remotas não se ilustrasse de acordo com uma norma científica, muitas vezes é perceptível à inserção, em sua forma mais elementar, a presença de ideias de conotações sexuais. A organização de fatos e ideias dessa origem é importante para compreendermos a evolução humana. O conhecimento, através da ciência, explicado por fatos que norteiam a conduta sexual de espécies como a dos seres vivos irracionais mostra relações, desde a criação, interligando parentalmente práticas sexuais como condição cultural de um povo, ou nação. Haja vista que, atualmente algumas delas se ainda houvessem seriam, talvez, no mínimo questionadas pela sociedade atual em que vivemos. Mas, ao analisarmos os impactos psicofuncionais quem sabe seriam menos impactantes do que tantas cenas de violência, que o ser humano produz, e, cientificamente se estuda, analisa e tenta-se formular teorias para poder se explicar. E, também poderíamos citar outras formas de representações sexuais como a prostituição ou aliciamento de menores. Nosso foco a transversalidade da transversalidade da orientação sexual, Souza contribui ao mencionar sobre o corpo, e a sexualidade numa sociedade medieval:

Ao longo da sociedade ocidental o corpo foi transformado e fragmentado de acordo com os objetivos de poder, de tortura e de beleza, na organização política da sociedade. Trazendo numa perspectiva medieval, o corpo é representado de várias maneiras, visto desde a exaltação, até a humilhação e veneração, exercendo, portanto, papéis diferentes nos moldes da sociedade medieval (SOUZA, 2014, p.3).

O exposto acima nos revela que a evolução humana com a modernização científica mostra um homem/mulher obcecado por obter prazer levando em consideração o objetivo de poder social da época. E, nessa perspectiva, o estudo da transversalidade da orientação sexual nos proporcionará um novo olhar, e uma nova conceituação sobre o que jovens sentem, compreendem e demonstram em suas vidas estudantis, familiares e no convívio social em que estão inseridos. Sabe-se que em eras mais remotas da civilização havia essa vivência sem muita informação em outros meios sem interferir na escolha do outro, é visto que, graças à evolução científica e tecnológica, e, acrescido com o conhecimento e entendimento que se construiu de valores acerca de sexo, sexualidade e prazer na sociedade atual esses elementos são respeitados dentro de um conjunto de normas em que, se está inserido toda uma população. E, a evolução dos jovens modifica com o passar das inovações tecnológicas, que podem alicerçar o conhecimento dentro da questão de gênero

3.5 A Juventude, a Evolução Social-Científica e as suas escolhas de Gênero

Destaca-se nesta temática apresentada, também, a compreensão do que se tem hoje com o que se está sendo vivido, por parte dessa escolha de (des)orientação que os jovens vivem em seu mundo. O conhecimento rompe barreiras, elimina pré-conceitos, derruba estereótipos acima de tudo insere a ciência adquirida através de estudos teóricos e práticos para formular novas teorias que ajudem a humanidade a percorrer rumos bem mais compreensíveis, aceitáveis e humanísticos para com todo o enredo social.

Quando somos jovens temos sonhos atingíveis e inimagináveis, formulamos metas e traçamos (ou não) objetivos para que tudo o que fora sonhado seja alcançado e realizado. A tecnologia é uma forte aliada nessa caminhada. Os meios tecnológicos dependendo como são utilizados constroem pontes para ligação direta da ciência com a informação, que serve aos jovens de base na sequencia da caminhada da vida que realizam. A satisfação e aceitação do seu corpo com a

sexualidade, aliada à informação tecnológica atribuem argumentos concisos para esse bem estar humano. Todos os seres vivos dependem do sexo para existir. Mas, atualmente, com as tecnologias encontramos inovações que permitem mudanças e melhorias de nosso corpo e possibilitam até a criação in vitro de seres geneticamente modificados que podem conviver em sociedade, sem nenhum problema. E, também momentos de discussões de ideias e fatos que se inserem como o ambiente escolar, através da utilização de debates permitidos através do Projeto Político Pedagógico (PPP), o que traria uma clareza de fatos e ideias possíveis de serem mais bem compreendidas.

Então, talvez, deveríamos nos perguntar o porquê da não aceitação, por exemplo, da homossexualidade. Autores trazem bem claro que existiam punições na idade média com relação à finalidade do sexo que hoje são inadmissíveis. Porém, sabemos que podem ainda existir condutas semelhantes por não entendimento ou aceitação da forma de outro ser humano obter seu prazer através do ato sexual. Assim:

A prostituição ganha destaque entre o século XII e XIII e a homossexualidade foi perseguida pela sociedade e pela igreja. O sexo era classificado como símbolo do pecado, dessa forma a igreja guia seus seguidores num novo rito religioso e corporal. A finalidade do sexo deveria ser apenas para procriação, sendo realizado apenas entre os cônjuges. O sexo foi algo que mobilizou bastante a igreja, onde a mesma passou a criar regras para os casais, conduzindo até mesmo as posições e os dias que os maridos podiam ter relações sexuais com suas esposas, entre varias outras regras. Tais relações nos dias santos eram proibidas, além do mais, o sexo só era permitido com vestimentas. O não cumprimento às leis impostas pela igreja seria uma violação, tendo como consequências punições gravíssimas, desde as penitências aos sacrifícios do corpo (SOUZA, 2014, p.6).

Como não iremos voltar à idade da pedra lascada, o autor coloca importante citação, e é compreensível que tenhamos conhecimento e sabedoria para aceitar o outro em seus limites e desafios humanos, sem desrespeitar a sua maneira de viver a sua sexualidade. Não podemos bloquear um ser humano de viver a sua sexualidade ou escolha sexual. Devemos em conjunto com uma sociedade organizada possibilitar que todos se sintam bem, e da melhor forma possível, e com o seu prazer de viver bem. Não é colocando impedimentos sociais, psicológicos ou morais, que essa nossa sociedade seguirá uma evolução humana condizente com o que se fundamenta leis e regras de convivências estabelecidas no meio social vivido.

Houve tempos em que a palavra da Igreja era a lei estabelecida. Hoje, a ciência quebra paradigmas e reorganiza os tratados sociais que interferem diretamente em nossas vidas. Um exemplo é a aceitação e respeito a todos os seres humanos levando em consideração o fato de o seu direito não intervir no direito do outro e, ambos considerarem as normas de convivências vigentes. E, também, se possível criar argumentos, pontes de ligações e somar vivências e ensinamentos de uma cultura com outras que (co)existirem para melhorar laços de amizades e aprimorar saberes dentro de uma sociedade. O que nos permite salientar que, a Ciência se baseia no conhecimento, as pessoas levam em consideração as normas de convivências sociais, que procura ser adaptado ou melhorado dependendo o meio em que a vivência exige. Com isso, o fato de um jovem ter uma escolha considerada diferente a alguns parâmetros sociais, não pode impedi-lo de ser inserido na sociedade em que vive. E, nem dificultá-lo em sua aceitação psicomoral para poder ser um humano normal e completo.

Esse estudo através do olhar da transversalidade de orientação de gênero é favorável a discussões e organizações de debates, que esclareçam esses fatores, a fim de que todos, e, não uma parcela social, venha a compreender e aceitar toda essa situação. É sabido também que, muito jovens hoje expulsos de seus convívios familiares procuram a prostituição como mecanismo de defesa na luta pela sua sobrevivência. De modo que, estabelece nessa forma um mecanismo negativo e incorreto de conduta social, sem levar em conta a real verdade que conduziu a esse caminho: a não aceitação de escolha sexual.

3.6 Conviver é Aceitar o Outro. Será que há aceitação?

Todos nós temos conhecimento sobre fatos e fatores negativos de convívio de nosso dia-dia. Ao deixarmos de considerar um ou outro que interfira em nossa realidade, tendo como base a nossa orientação sexual, está nos bloqueando de possibilitar a sua superação ou entendimento para sermos mais completos e felizes. A ciência proporciona mecanismos avançados e mais adequados para esse caminhar, tanto no campo biológico como social. O conhecimento alinha essa ciência aos seres humanos em processo contínuo de evolução. E, nessa perspectiva devemos melhorar ou juntar toda essa gama de processos sociais e biológicos para aperfeiçoar nosso convívio diário. Ao passo que, saliento, nossos jovens tem de ter

o direito de escolha que julguem necessárias e satisfatórias a sua vivência sem a intromissão alheia. Desde que, sejam respeitados o direito de ir e vir do outro, sem interferências diretas ou indiretas, pois fatores sociais tristes que a atualidade enfrenta como violência (doméstica, moral ou urbana), drogadição (uso de drogas) e prostituição não são os caminhos corretos de uma juventude que se acredita estar numa civilização moderna e, para tanto respeitar o direito de uma escolha de orientação de gênero não interfere em nada na felicidade de outra pessoa.

Como bem sabemos, a humanidade caminha em progresso evolutivo muito rápido. Ao passo que, a Natureza, a cada dia que passa cobra mais, e mais, as alterações sofridas pela ação humana, sem deixar de mostrar isso em nossa atual realidade, que converge a pontos comuns de preocupação nesse sentido. O meio social vivenciado influencia decisões de muitos de nossos jovens de forma negativa ou positiva dependendo da conduta de bases familiares que ele adquire ao longo de suas vidas, e, também do meio social que interfere em suas escolhas.

A ação humana deve sempre permear uma conduta organizada, respeitada e aceitável por todos como na solução de problemas modernos. Nesse sentido, a escolha de gênero ou orientação sexual deve ser estudada, compreendida, e, alinhada a todo o conhecimento adquirido pela ação humana, com sabedoria da ciência para estruturar todo esse enredo, que possa possibilitar uma vida melhor, mais saudável moral, psicológica e social dentro de uma sociedade que caminha num processo considerado de grandes transformações em fase de evolução.

E, é importante salientar que, tão poucos devam inserir comentários ou informações negativas que carreguem fundamentações críticas sobre o comportamento do outro. Isso, principalmente na escolha de orientação sexual de novos jovens, as quais devem ser compreendidas, estudadas e debatidas para se ter melhor informação e esclarecimento dentro de uma cultura popular para que esses formadores da nação não se percam em caminhos destrutivos de sua vida como drogas, prostituição e violência, indiferente a sua forma. Até por que, a sociedade precisa compreender esses aspectos dentro de um respeito mútuo que também permitirá um processo gradual de evolução na nossa era moderna em que estamos inseridos a fim de evitarmos fatores desagradáveis como escolhas erradas de nossos jovens em função de ser, talvez, a única opção num caminho que ainda percorrerá um longo tempo, pois se trata de uma idade em que escolhas podem decidir seus futuros. Fato esse que, se já houvesse uma inserção direta, e, com

amplo conhecimento por parte de quem é responsável, também, pela formação de opiniões, o professor, poderia colocar essas informações, como já citado, através de entendimentos e diálogos escolares, que devem ser oportunizados através de ideais já falados, no PPP, como um olhar sobre a transversalidade de gênero através da orientação sexual. E, no momento em que, mais esse conhecimento é organizado e assimilado adequadamente continuamos o processo de construção ciência pela humanidade para alicerçar sua evolução.

No capítulo a seguir, trazemos a importância da Formação Docente para contribuir neste processo de orientação do jovens.

4 A FORMAÇÃO DOCENTE

4.1 A Sexualidade e a Formação de Professores

A proposição deste estudo alinhada nos objetivos com a importância de uma formação docente de qualidade exprime muitas características, que ao passar dos anos, em nossa vida docente percebemos em nós e em nossos colegas diversos elementos semelhantes aos apontados na citação:

Mesmo havendo uma importante bibliografia sobre o diferencial dos professores na Educação, vale dizer que há muita controvérsia sobre quais características dos docentes afetariam mais o desempenho dos alunos. Há textos realçando o efeito do conhecimento sobre as disciplinas ministradas, da escolaridade prévia, do conhecimento didático, da obtenção de certificados, da experiência ao longo da carreira, do comportamento docente em sala de aula, além do trabalho coletivo da escola e seu impacto no professorado (ABRUCIO, 2016, p.26).

Na cultura ocidental, em especial a nossa brasileira, nossas raízes permitem afirmar o poder da miscigenação dentro das vivências e existências terrenas que nossa sociedade, experimenta, mas muitas vezes nega, o principal aos seus jovens educandos: o direito a liberdade de expressão engajada a sua livre expressão sexual dentro da transversalidade de sua orientação. Então, ser livre em nosso país, e, não poder expressar sua liberdade de gênero não parece antagônico? E é sim. Por isso, o respeito e aceitação a escolha de gênero não pode ser negada aos jovens, ou qualquer outro ser humano, nesta condição, sem invadir a liberdade do outro, sua opção sexual. Os professores precisam atualizar-se constantemente e preparar-se para novos desafios, os quais, devem ser contemplados em sua formação acadêmica ou de aperfeiçoamento, Imbernón, cita os avanços do século passado, e, sabemos que em nossa era é necessário à continuidade do professor:

Na última etapa do século XX, a formação permanente do professorado teve avanços muito importantes como, por exemplo, a crítica rigorosa à racionalidade técnico afirmativa, uma análise dos modelos de formação, a crítica à organização de cima para baixo, a análise das modalidades que provocam maior ou menor mudança, a formação próxima às instituições educativas, os processos de pesquisa-ação, como processo de desafio crítica, de ação reflexão para a mudança educativa e social, com um teórico professor(a) pesquisador(a), um conhecimento maior da prática reflexiva, os planos de formação institucionais etc., e especialmente uma maior teorização sobre o tema são conceitos que ainda viajam sobretudo nos papéis, embora em muitos locais da prática formativa passem por alto, permanecendo na letra impressa ou se pervertendo (2009, p.7).

Tais avanços, entretanto, precisam chegar às escolas e ser incorporados pelos colegas professores. Os mestres sabem que as reflexões dentro de suas rotinas são necessárias. Quaisquer novidades devem ser apreciadas com cautela, pois nem todo o novo condiz com o ato de ofício do momento vivido. A escola tem o dever e obrigação de oportunizar direções e caminhos para que a sua nação oportunize segura e respeitosamente momentos de construções do saber e descobertas que seus filhos consigam identificar, conceituar e aproveitar esses atributos em suas vidas. O autor Imbernon (2009), coloca que os professores, nossa classe, nossa categoria tem que oportunizar segurança e amor fraternal com sabedoria para todos os educandos, sem deixar de lado, com certeza, os diferentes focos, realidades ou vivências que cada educandário apresenta.

A escola desequilibra com desafios contemporâneos que obrigam aos professores a se renovarem em suas atividades e conduzirem seus caminhos no processo de criação de mecanismos que abriguem, identifiquem e mostrem soluções para essas “problemáticas”, que nossos alunos trazem em seus perfis estudantis, desde que entram no recinto escolar. As múltiplas vivências demonstrada na escola deve ser focos de estudos e precisam ser paulatinamente analisados em seus contextos para aprimorar e encontrar caminhos que apontem construções dos saberes direcionando as soluções desses problemas locais, regionais ou coletivos, como as experienciadas pelos discentes nos ambientes em que vivem.

No centro da educação encontra-se o saber. A sabedoria de um pode e deve contribuir ao ensinar com outros professores. Assim como a forma que cada um aprende ou ensina interfere no modo de aprender do aluno. A afirmação de Tardif reflete bem isso em suas interrogações:

Os professores sabem de certo alguma coisa, mas o que, exatamente? Que saber é esse? São eles apenas “transmissões” de saberes produzidos? Por outros grupos? Produzem eles um ou mais saberes, no âmbito de sua profissão? Qual é o seu papel na definição e na seleção dos saberes transmitidos pela instituição escolar? Qual a sua função dos saberes pedagógicos? As chamadas ciências da educação, elaboradas pelos pesquisadores e formadores universitários, ou os saberes e doutrinas pedagógicas, elaborados pelos ideólogos da educação constituíram todos os saberes dos professores? (2014, p.32).

O professor desenvolve vários saberes, que são plurais e que precisam de constantes atualizações e reflexões. As perguntas acima fazem parte do processo de aperfeiçoamento da educação. Não podemos estagnar em nossos ofícios esperando uma padronização de transmissão de aprendizagens. O saber fazer deve

estar alicerçado no fazer bem feito, e, com dedicação como deve ser o trabalho docente. Haja vista que, a falta de valorização da instituição magistério dificulta muito isso, mas, não pode superar o trabalho feito com amor. Então, estamos vivendo eras de trevas no cenário atual brasileiro, no que tange a essa instituição que é consideravelmente massacrada pelos representantes do povo, em sua base financeira, e até no prestígio social, mas, mesmo assim, esses fatos não devem influenciar o trabalho docente em sala de aula. Por mais dura que sejam as realidades enfrentadas por nossos mestres, e, as dificuldades discentes que se demonstram no dia-dia como a não aceitação de uma orientação sexual, a drogadição, a violência em função do sistema, que é tentado combater através das Políticas Públicas, por parte de alguns jovens, Nóvoa coloca bem a correlação, que tem de haver entre o saber docente e a profissionalização, ou seja, com fazer bem feito:

As escolas normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projetos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer (1992, p.3).

A importância depositada nas mãos de um mestre, que estão em todas as escolas tanto públicas como privadas, leva a caminhos com portas que poderão ser abertas com muita facilidade, ou, do contrário, quando esse não souber como utilizar, organizar e coerentemente ensinar em seu ofício docente, porque está focado apenas no Programa de Ensino, não terá a sensibilidade como é o caso da orientação sexual trabalhar essas temáticas tangentes que emergem com tanto afinco em nossos dias; as escolas públicas por não terem muitas vezes quadros com funcionários completos e devidamente formados e preparados para atuar em situações que exigem mais “jogo de cintura” ou afinidade com o tema pecam com os estudantes, cujos erros podem encaminhá-los para rumos nada satisfatórios.

4.2 Os PCNs e a Formação Docente:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCNs), situaram a importância de diálogos mais aprofundados e embasados no conhecimento e aprimoramento de conteúdos interligados com a prática inovadora. O papel desse documento traz como elemento encadeador a responsabilidade e o prazer como atributos que tangem a juventude estudantil dentro do contexto de sua orientação sexual. O Ministério da Educação (MEC) através de seu portal on-line, justificando na seção que trata da Ética, fala sobre sexualidade e traz a seguinte afirmação:

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (BRASIL, 1997, p.28).

Os mestres que trabalharem com esse conteúdo transversal, a sexualidade, devem fortalecer o apelo pela responsabilidade e ética de se tratar em nível médio com uma juventude que se mostra tão heterogênea e tecnológica. Quando relacionamos a informação dos PCNs e interligamos aos PPPs norteando a utilização das tecnologias que são facilmente expressas e aceitáveis à inserção no meio cultural estudantil. Isso, quase obriga aos docentes ao tratar esse conteúdo, se aprimorar nesse campo do conhecimento e se valer de mão das Tecnologias de Informação e Comunicação, que fazem parte da realidade moderna ou contemporânea, como alguns autores colocam, para auxiliar no aprendizado e entendimento desse assunto onde deve ser trabalhado, seguindo orientações legais, é solicitado pelo público jovem, e a atualização, uma das falas desse trabalho, incluído uma linguagem que abrange a neurociências, que é fonte de preciosas informações a respeito de nosso corpo humano e nossa existência, e, se faz necessária constantemente. O autor em sua citação menciona:

As inovações trazem novos desafios ao espaço escolar e com isso a incógnita de onde os professores podem amparar-se ou sustentar suas bases para utilizar as tecnologias como meio de ensinar? Há que se pensar em processos formativos para isso, seja na fase inicial, seja na continuada, (NOGARO, 2016, p.146).

A modernidade oferece novos recursos dentro do espaço escolar que favorecem direitos e, cobram deveres dos docentes. Muito tem se avançado no aspecto cultural-tecnológico dentro da conjuntura acadêmica, que venha a favorecer uma formação docente, que abranja os mencionados claramente nos PCNs. PPPs e Políticas Públicas, e permita um aprendizado real, não apenas lúdico para ser transformado em conhecimento na sala de aula. Essa que é à base de dúvidas e esclarecimentos de jovens que (re)significam o seu conhecimento.

Apoiados nessa formação de professores não podem esquecer que advém de muito tempo atrás quando a discussão inicia e tramita entre ciclos, seminário, fóruns nacionais e internacionais que trazem assuntos polêmicos e necessários à ciência, ao ser humano e, principalmente, ao elo entre todos os elementos citados acima permitindo a sua evolução.

Na contextualização de fóruns da educação, que enfatizam a necessidade de formação e condições de trabalho dignas aos professores, ressalto o que Almeida citando a mundialização educativa nesse processo, comenta:

No século XX, o direito a formação e a melhores condições de trabalho dos professores também foi discutido em diversos fóruns internacionais. O primeiro dos documentos a abordar essa questão, foi o **Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales e Culturales**, assinado pelos países membros das Nações Unidas, em abril de 1966, que trazia em seu artigo nº 13 o direito a educação que toda a pessoa tem Desta forma no inciso dois, foi considerada a necessidade de melhorar continuamente as demandas materiais dos docentes, (2008, p.39).

Se no século passado já conquistamos direitos importantes dentro do contexto escolar que beneficiam os educadores, então, aprimorar e contextualizar esses meios na sala de aula, em benefício, também, dos jovens educando que necessitam de esclarecimentos, encadeando inovação tecnológica, mecanismos de melhoramento de políticas públicas e documentos pré-estabelecidos como PCN, PPPs e outros mecanismos que fazem parte dessa realidade, são alicerces para abrimos e discutirmos essa temática apresentada nessa dissertação. A reflexão é essencial para que todo esse elenco de “atores” configura uma melhor formação de professores e embasem soluções aos seus discentes, os quais ainda se encontram perdidos entre estereótipos ultrapassados, que pairam em suas preocupações cotidianas e atrapalham o seu bem viver.

Ainda, nesse contexto, Martins aborda o papel dos professores em seu ofício docente, e, correlaciona à parte dos conteúdos que devem ser desenvolvidos, e,

orquestrados com temas transversais, como a sexualidade, como sendo altamente necessários :

Na seleção dos conteúdos curriculares, os professores, de certa forma, são os que dão a palavra final, na medida em que dirigem o processo pedagógico propriamente dito. E o fazem a partir do próprio acúmulo de conhecimentos da área/ disciplina que lecionam, de suas convicções políticas, ideológicas, da visão que têm sobre o que é importante que os alunos aprendam. Para isso, recorrem aos meios disponíveis, seguindo (ou dizendo seguir) as orientações oficiais em nível nacional (no caso das escolas públicas, os PCNs), as recomendações ou determinações dos órgãos intermediários (secretarias de educação, diretorias de ensino), além das que emanam da própria escola. Em geral, a principal referência são os livros didáticos (ou paradidáticos), indicados pelo governo ou pesquisados por ele próprios, ainda que não necessariamente adotados, (MARTINS, p.81, 2010)

Sabendo que os PCNs são propostos por uma política de estado percebemos que, o elo no contexto educacional é o eixo da escola, na sala de aula, na interação professor-alunos para haver uma mudança efetiva. E, o mestre dentro de seu trabalho na perspectiva de sua formação precisa atualizar-se e para que isso aconteça tem de ser oportunizado ao mesmo esses momentos de reflexão, aprendizado para poder ser reelaborado, não se reduzindo a transmissão de conhecimentos como os dos livros didáticos, e trabalhados no foco, que é a sala de aula e os educandos (nossos alunos), jovens que querem desbravar o mundo. E, também serem felizes em suas escolhas, inclusive, a do seu gênero.

4.3 Professores Reflexivos na Formação Docente

A escolha de gênero vem de encontro com a falta de atualização docente quando acontecem conflitos que não são solucionados em sala de aula. Hoje em nosso contexto estudantil o professor é exigido, cobrado e muitas vezes punido por muito tempo através de colocações inseguras ou afirmações dúbias, que por falta de uma formação de professores reflexiva em sua vida não o oportunizou vivenciar contextos multissociais ou multiculturalistas,¹⁰ que o alicerçassem de forma mais ampla. Apresenta-se aqui, como exemplo de situação, os jovens que chegam otimistas em aprender em nossas salas de aulas e são excluídos, ou deixados de lado, pela forma expressiva de manifestar sua opção de gênero que não é aceita por

¹⁰ Multiculturalistas são os estudos acadêmicos quanto às políticas institucionais que se desenvolvem em torno das questões trazidas pela emergência das sociedades multiculturais. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/multiculturalismo/>.

uma parte de nossa sociedade, a qual interioriza em outros jovens do contexto estudantil, onde, indiretamente, pelas opções de escolhas não interagem com os não considerados padrões corretos sociais. Aqui está um grande desafio ao mestre em seu recinto profissional, que é de lidar com dois eixos concretizados: o preconceito e a aceitação dos diferentes.

É de grande importância que, nossos professores, por mais que tenham vivido muitas experiências dentro e fora de uma sala de aula tenham a clareza de compreender se tratar de aspectos modernos que a humanidade apresenta: a exigência de um docente com uma firmeza de pulso, uma solidez de argumentação e rápidas decisões que alinhavam vidas. De forma que, a escrita se corrige a palavra imposta afirmativa ou negativamente nem sempre. A criatividade, a capacidade, e a reflexão para se sobressair de tais situações do cotidiano, que cada vez impõe aos professores uma formação reflexiva, surge diante de seu atos diários que o colocam cada vez mais nessa frente de decisão. Uma contribuição trazida por Fávero para a formação docente mostra a necessidade de um professor que seja reflexivo:

Portanto, nesse modelo de formação de professores reflexivos, a prática adquire o papel central de todo o currículo, pois se torna, ao mesmo tempo, o lugar de aprendizagem e o espaço de construção do pensamento prático do professor. É nesse cenário que a própria docência pode se tornar objeto de investigação e a perturbadora dicotomia entre teoria e prática, frequentemente presente nos discursos educacionais, pode ser superada, uma vez que pensar a formação dos educadores à luz do paradigma do professor reflexivo implica assumir o desafio de refletir *na* e *sobre* a ação (2010, p.48). Dar conta de tal desafio não é tarefa fácil, pois requer tanto novas posturas no enfrentamento dos processos formativos quanto novas compreensões da própria identidade do educador (2010, p.48).

Cada ação desenvolvida pelo educador oportuniza uma ação criativa para tentar interligar a teoria e a prática das ações a serem executadas, exercitando criatividade em suas aulas. A reflexividade do professor em seu ofício docente carece de um primordial jogo de cintura. As exigências no decorrer de suas atividades acadêmicas são tão significativas, quanto o seu aprimoramento. Não podemos mais continuar padronizadamente em aulas quadro-verde, giz e apagador. A realidade vivida é outra. Insisto em salientar que a adequação de mundo de nossos jovens está, ainda, muito além de nossos professores para desenvolver docências dinâmicas, que atraiam o aluno e o permitam saber e aprender. Afirmamos que a criatividade é fator desencadeante no ato de ensinar pelos professores: percebemos que o professor teórico em relação ao prático se distancia

muito o ato de ensinar, quando um ou outro, não estão alinhavando ambas, as funções docentes, ainda se salienta: dar conta de tal desafio não é tarefa fácil, pois requer tanto novas posturas no enfrentamento dos processos formativos quanto novas compreensões da própria identidade do educador (FÁVERO, 2010, p.48).

A partir dessas colocações é possível inferir que, a nossa educação está transformada em mercadoria nas mãos do Estado e de outros organismos internacionais, pois, não conseguem estabelecer com firmeza uma formação docente que oriente práticas pedagógicas, para facilitar a conexão teórico-prático no contexto escolar. E, como futuramente esses jovens irão para os mercados de trabalho, e, quem irá seguir em um nível superior, nossa carreira de magistério, deve oportunizar possibilidades de mecanismos que se tornem esse elo entre a educação e a juventude. Há que superar as desconfianças nos jovens, superando também, padrões e estereótipos que não atendem a evolução humana e nem projetos aprimorados pelas Políticas Públicas. Acrescento dentro dessa formação de professores, o que Almeida ensina a respeito num contexto neoliberal. A nossa educação, a função do Estado, e o capitalismo em seu marketing de lucros, muitas vezes sem qualidade são expressos pela autora:

Mesmo com toda a polêmica em torno do planejamento e da regulação da economia, tem vencido entre os liberais, a ideia em que a função do Estado é fortalecer e tornar mais eficaz o jogo da competição, o que na verdade é um recrudescimento ou uma revitalização da ideologia capitalista clássica...Essa nova versão da ideologia capitalista radicaliza a proposta das funções do Estado. O Estado mínimo deveria reduzir ao máximo o seu papel em relação à economia. Propõe-se um total desmantelamento dos sistemas públicos voltados para atender aos setores sociais, como subsídios, investimentos diretos e regulamentação das atividades econômicas típicas das políticas do Estado do bem estar social (ALMEIDA, 2008, p.9).

De acordo com essa fundamentação, o sucateamento da função do Estado permite a invasão de capitais estrangeiros, o seu investimento concreto na formação de professores. A escola já está em processo de transformação em função das demandas modernas, que interferem em suas opções para serem criadas, organizadas e executadas e, qualificar nossos docentes. Mas, nessa conjuntura em que vivemos, sem garantias de melhoras, com um Estado em processo de desmonte, os jovens alunos em construções de caráter, valores e tomadas de decisões, quem concretizará essa “rocha” de sustentação para esses discentes em suas escolhas e, vivências regada a um amor e carinho verdadeiro, em seu direito,

presente na Constituição Federativa? Um dos pilares chaves do exposto acima, somos nós os professores, na construção do saber, nas desventuras da vida, no próprio processo biológico, que carece de resoluções e entendimentos, que dentro da sala de aula isso é nitidamente perceptível.

A reflexão docente é um processo contínuo e necessário. Os docentes carecem de formação, de atualizações das políticas públicas, informativa e formativa ao mesmo tempo. Investigar, analisar e conceituar temas contemporâneos fazem parte desse processo. Ou Seja:

Com a análise da história de vida dos professores é possível identificar tanto elementos que, em razão de sua riqueza formativa, precisam ser revitalizados quanto elementos que, a fim de que se consiga orientar melhor o professor na compreensão de sua função docente, precisam ser “transformados” ou “reconstruídos”, tornando possível o direcionamento da prática e a compreensão do fenômeno educativo (FAVERO, 2010, p.32)

Ainda é importante a ressalva que os professores estão num “turbilhão” de assuntos, aulas, e intervenções que ultrapassam os muros da escola. Essa profissão de assuntos trazidos pelos conteúdos escolares os obriga a se aprimorar e atualizar sempre, mas, que também argumentam essa visão diferenciada em prol dessa categoria que trabalha com tantas realidades dinâmicas, que socializa com pluralidade e ainda ao final de sua jornada laboral de trabalho pode passar por um processo de esquecimento, que é a falta de reconhecimentos por essa gama de responsabilidades que lhes é exigida.

Uma formação de qualidade para o educador será aquela que lhe permita compreender e interligar tudo isto, envolvendo de modo generalizado: educação integral de base...educação permanente (SILVA, 2004, p.44). E, a esses profissionais, com certeza, após esse processo de construção é devido, no mínimo, o reconhecimento por todas essas etapas e desafios que nossa carreira exige.

Em se tratando de cobranças acerca dos cursos de formação, que enfatizam e concretizam com base e riqueza de informações é necessário um foco maior nessa transversalidade da orientação de gênero, por parte direcionada pelo Estado, que deverá oportunizar esses momentos reflexivos e construtores dessas bases de conhecimento para os elementos em questão, os professores.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394 de 20 de Dezembro de 1.996 o ensino, na modalidade de formação de professores, em seu artigo 61, título IV, que trata dos profissionais da educação, onde se lê que:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividade (Brasil, 1996, p.20).

Os processos de elaboração dos PCNs partem do estudo sobre as propostas curriculares dos estados e municípios, e a análise da Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais, além de verificação de como outros países contextualizam segundo o MEC (BRASIL, 1997, p.15). Propõe oportunizar formação digna, concreta e atual para sanar contrapontos que se estabelecem como a derrubada de paradigmas, que deveria iniciar com a ajuda familiar, mas, se concretiza um processo inicial dentro das salas de aula, onde os professores bem preparados e informados, conseguem elaborar valores e saberes, enquanto outros, acentuam em grandes dificuldades para realizar todo esse processo com clareza e discernimento para com seus alunos, e, demais membros que necessitem de esclarecimentos dentro da comunidade escolar.

Em contribuição com o exposto anteriormente, professor teórico e professor prático, ou seja, um professor reflexivo revela-se o fundamento da carreira docente, que se instrui no processo formativo docente, onde percebemos que, todo o trabalho pensado, elaborado e executado dentro do ambiente escolar tem que ter um sentido e um objetivo: o educar. Isso, muitas vezes vai de encontro com as leis, que em nosso país se fundamentam em bancadas politizadas por seus representantes, que quase nunca chegam a um consenso, e, nesse rol de debates ficam os professores, os alunos, equipes diretivas, coordenações e supervisões pedagógicas, a comunidade escolar toda problematizando e tendo muitas dificuldades para se entender e aceitar uma simples opção, entendida como diferenciada, de gênero que só bastaria compreensão e respeito nesse limiar de diferentes, em que vivenciamos. As Políticas Públicas reforçam a necessidade de atualizações, o que vem ao encontro das propostas normatizadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que deixam claro que o currículo tem que contemplar em sua estrutura a proposta que aqui se coloca. Inclusive, a prática docente exige consolidar-se o papel de professor reflexivo, que permita a garantia do saber, sem exclusões, de tudo a todos que venham em suas salas de aula nessa busca constante pelo saber, sem discriminação, sem preconceitos e sem a aceitação de estereótipos.

Na sequência desta pesquisa, apresentamos a análise dos documentos PCN e PPP da escola, comparativamente às categorias eleitas neste trabalho.

5 A TRANSVERSALIDADE DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTOS LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Nesta parte da investigação, propõe-se a análise dos documentos eleitos para atender o propósito desta pesquisa, qual seja o de analisar o papel do Projeto Político Pedagógico a respeito da Orientação Sexual dos jovens, confrontando com o que explicita os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A leitura analítico-reflexiva dos documentos mencionados possibilitou o entendimento do tema e sua fragilidade no planejamento educativo, seja de nível educacional, ou de nível escolar.

Retomam-se nesse item as questões que nortearam a pesquisa, a saber: há indícios da presença/ausência do tema orientação sexual no PPP?, É possível verificar a inserção do tema no PPP?, Existem na escola, espaços de formação continuada acerca da temática?

O estudo foi balizado pelas categorias: a) Transversalidade da Orientação Sexual; b) Formação de Professores, c) Projeto Político Pedagógico, já mencionado na metodologia e no contexto da pesquisa. Na sequência serão apresentadas ideias-chaves presentes nos documentos (PCNs e PPP) que, em tese atendam às categorias. A discussão ocupou-se em analisar criticamente, antevendo as contradições presentes nos textos, em diálogos com os autores e as representações desse autor.

Antes de situar nossa análise apresentamos uma descrição da Escola campo de investigação. Essa, que será abordada nesse contexto e teve a sua elaboração do PPP no ano de 2001 é referência em sua abrangência, na sua região Médio Alto Uruguai no Estado do Rio Grande do Sul. Salientando-se que o PPP em sua primeira elaboração foi no ano de 1996, pela exigência legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Ministério da Educação, mas, só efetivou no corrente ano acima citado.

Para compreendermos como é trabalhado o tema transversalidade da orientação sexual, considerou-se necessário visualizar a realidade da Escola em questão, a fim de “conhecer para compreender” o perfil e a realidade desta instituição educacional, bem como a sua região de abrangência.

A Escola no Município de Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul, pertencente a 20ª Coordenadoria Estadual de Educação, do Estado do Rio Grande do Sul, com sua estrutura pedagógica composta atualmente na direção da escola por um diretor, um vice-diretor do turno da manhã, um vice-diretor do turno da tarde e um vice-diretor do turno da noite, e uma coordenadora pedagógica por turno, não apresentando o cargo de supervisor escolar. Conforme informações localizadas no site da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul¹¹, no ano de 2017, o corpo docente apresenta 56 professores que vem de diferentes municípios da região, e 15 funcionários da escola, trabalhando em diversos setores internos da escola. Em relação aos discentes, no ano de 2017 a escola tem 510 alunos que, também contemplam realidades de diferentes municípios da região e, vem para a instituição concluir seus estudos em nível médio e técnico de nível médio.

Toda a informação transcrita pela escola é um registro importante na formação de alunos e professores, e o Projeto Político Pedagógico evidencia isso através da sua concepção e organização voltado ao processo de regionalização do ambiente escolar, alicerçando suas metas e objetivos de acordo com a realidade e o contexto aluno-professor em que se está inserido. De acordo com Porto:

Desde seu projeto político/pedagógico constitui-se assim, a escola em portadora de uma cultura determinada, cultura viva cuja dinâmica se constrói na ação conjugada de seus constituintes internos: os alunos, portadores da cultura do meio em que vivem, e os professores que, além de sua própria cultura, ao se constituírem em corpo docente, assumem compromisso profissional com a proposta pedagógica da escola, informada pelos valores consensualmente definidos e instrumentada pelos saberes e habilidades requeridas (2001, p.18).

Observa-se que a escola aparenta ter uma qualidade funcional com alguns aspectos de infraestrutura e manutenção, necessitando de melhorias como acesso de rampas para portadores de necessidades especiais. Todavia, a organização e prestação de seus serviços educacionais dentro do contexto escolar local são de ótima aceitação e aprovação pela comunidade e região. Os professores em uma alta porcentagem apresentam formação na área, e muitos com cursos de pós-graduação no nível de *stricto sensu* e *lato sensu* concluídos. Saliencia-se que, o aperfeiçoamento dos educadores, também faz a diferença na formação tanto do profissional, como em sala de aula, pois abre a possibilidade de ampliar e modificar a realidade em decorrência de seus conhecimentos, contribuindo assim para um

¹¹ Informações disponíveis em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/inicial>>. Acessado em: 29 jun. 2017.

melhor ensino em diversos âmbitos da comunidade. Percebe-se que, uma formação consciente e atualizada é muito importante no momento da construção de um Projeto Político Pedagógico, até porque, Imbernón aponta muito bem essa ação ao falar da formação docente profissional:

A formação permanente do professorado requer um clima de colaboração e sem grandes reticências ou resistências entre o professorado (não muda quem não quiser mudar, ou não se questiona o que faz aquele que pensa que está muito bem), uma organização minimamente estável nos centros (respeito, liderança, democrática, participação de todos os membros etc.) que dê apoio à formação de uma aceitação que existe uma contextualização e diversidade entre o professorado e que isso leva a maneiras de pensar e agir diferentes. Tudo isso contribui para conseguir uma melhoria na aceitação de mudanças e de inovação das práticas (2009, p. 26).

É válido salientar que, a realidade social da instituição escolar, passa por metamorfoses sociais, governamentais e econômico-administrativas, que enfrentam sérios problemas estruturais e políticos implicando direta e indiretamente na elaboração e aprimoramento de programas e metas, referentes ao enredo escolar. Até porque, as políticas públicas geralmente se atualizam de acordo com as necessidades apresentadas pela população. E, é desta forma que o Projeto Político Pedagógico também necessita de uma mudança conforme a sociedade e a escola mudam, e transformam-se. Por isso, a necessidade de buscar compreender esse contexto e contribuir para sua melhoria.

(...) Bardin (2011) define descrição analítica apresentando as prováveis aplicações da análise de conteúdo como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação (SANTOS, 2012, p.384).

O trabalho teve como eixo a perspectiva no contexto de sociedade capitalista neoliberal. A contradição entre presença/ausência insere-se também como fundante na condução do estudo. A pesquisa documental foi embasada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), como citado pelo autor acima.

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Transversalidade da Orientação Sexual

Nos procedimentos utilizados da pesquisa com a análise de conteúdos nos oportunizou, dentro dessa perspectiva metodológica no seguimento do texto, apresentamos o Quadro 1, acerca da categoria Transversalidade da Orientação Sexual no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Quadro 1: Categoria Transversalidade da Orientação Sexual

Documento	Categorias
	Transversalidade da Orientação Sexual
Projeto Político Pedagógico da Escola Pesquisada	As ideias sobre essa categoria estão assim transcritas:
2001 – 2003 – 2008 – 2012 – 2014 – 2015	Uma sociedade que valorize o homem e a mulher em sua dignidade e tenham as mesmas oportunidades de realização; Uma educação que contemple o respeito à diversidade cultural, ética, de gênero e opção sexual, religiosa e política. Os conteúdos são o agir da escola relacionados às reais necessidades dos educandos. Com uma metodologia que respeite a individualidade e o ritmo de crescimento de cada um.

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos PPPs da escola (2001; 2003; 2008; 2012; 2014; 2015).

Em todas as formulações do PPP da Escola encontramos o mesmo texto, priorizando aspectos idênticos. Por vezes, esta prática é comum nos documentos oficiais da Escola. Às vezes por pouco tempo para debate em face da pressa da gestão superior, ou até mesmo por maiores facilidades na elaboração.

Ao refletir acerca dessa categoria e sua expressão no PPP da Escola, denotamos a necessidade de maior ênfase no tema da Orientação Sexual nos

projetos educativos da Escola. A complexidade do momento contemporâneo exige atenção às dimensões da formação do jovem em sua integralidade. Conforme apontam, os PCNs:

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio vem se intensificando desde a década de 70, provavelmente em função das mudanças comportamentais dos jovens dos anos 60, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade. Com diferentes enfoques e ênfases, há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20 (2017, p.7).

Como se observa no relato, a menção ao tema da orientação sexual é recorrente nos currículos nacionais. Conforme o documento existe uma retomada contemporânea sobre o assunto.

A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, repensar o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino (2017, p.7).

Em que pese essa consciência, dentro das proposições possíveis estudadas nesse trabalho, ainda há muito caminho para atender a esta proposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os obstáculos passam por estereótipos, preconceito, falta de formação docente, informação incorreta, entre outros. A menção ao documento remete também a refletir sobre o PPP enquanto o norte, a identidade da escola. Daí que aspectos da cultura, e do contexto social necessitam ser incorporados. Assim, conforme Veiga:

o projeto pedagógico é um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado. É um instrumento clarificador de ação educativa da escola em sua totalidade (VEIGA, 1998, p.106).

Apoiando-nos nestas considerações entendemos como estratégico o estudo do PPP, sob o olhar da transversalidade, percebendo que ainda há um longo caminho a percorrer pelo pesquisador e por futuros pesquisadores. Tais elementos não podem configurar-se como letra morta, mas, precisam adquirir vida nos planos de ensino das matérias escolares, para efetivamente corresponder às necessidades dos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram alvo de análise dessa investigação. A sua aprovação deu-se, a partir do PCN Decenal da Educação (1993

– 2003), cuja proposição considerou as propostas curriculares em desenvolvimento nos estados e municípios do país. Os temas transversais, seguindo uma tendência internacional também figuram nos PCNs (BRASIL, 1997).

Para os propósitos desse trabalho, passamos a considerar, entre os oito temas previstos nos PCNs, o tema transversal que aborda a Orientação Sexual.

6.2 Apresentação da Orientação Sexual ao olhar dos PCNs:

Quadro 2: PCNs e a Orientação Sexual

Documentos: PCNs	<p>Conteúdo Relativo a essa categoria menciona que: A Orientação Sexual talvez seja o Tema Transversal mais polêmico de todos, já que nem sempre a comunidade escolar – especialmente os pais e, não raro, os docentes -, compreende sua verdadeira intencionalidade. Existe o medo de que esse tema possa despertar o (pré) adolescente precocemente para a vida sexual. Entretanto, segundo o material disponibilizado pelo MEC (BRASIL, 1998), a abordagem da sexualidade neste Tema Transversal tem a seguinte proposta:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Entender a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde do ser humano, que deve ser exercida com responsabilidade; b) O respeito às diferenças de gênero, ao corpo do outro e ao seu próprio corpo, respeito às diferentes crenças religiosas; c) O combate ao preconceito e tabus ainda existentes na sociedade brasileira; d) A atenção ao combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), entre elas a AIDS, bem como à gravidez na adolescência; e) Levar o jovem a refletir e a debater sobre as diversas polêmicas atuais envolvendo questões ligadas a sexualidade.
------------------	---

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018, com base nos PCNs.

A importância de se dialogar sobre essa temática é sólida e alerta para a necessidade de ser incluso em período letivo, os dados apresentados contribuem para a educação escolar, uma vez que não se tira da família o ato de educar e, sim, complementa o com informações acerca do tema para combater o preconceito e os tabus alinhavados nesse sentido. Aproximando mais o jovem de esclarecer sobre o assunto, mesmo nas famílias onde essa temática não é mencionada e a influência vem da maneira com que os pais (ou responsáveis) demonstram seus comportamentos ou conceitos. O papel das nossas escolas é fundamental, mesmo sabendo que as tecnologias e meios informativos diretos e indiretos executam o seu papel informativo. Por mais que:

A mídia, nas suas múltiplas manifestações, e com muita força, assume relevante papel, ajudando a moldar visões e comportamento. Ela veicula imagens eróticas, que estimulam crianças e adolescentes, incrementando a ansiedade e alimentando fantasias sexuais. Também informa, veicula campanhas educativas, que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público. Muitas vezes moraliza e reforça preconceitos. Ao ser elaborada por crianças e adolescentes, essa mescla de mensagens pode acabar produzindo conceitos e explicações tanto errôneos quanto fantasiosos (BRASIL, 1998, p292.).

Impõe-se, como fundamental, o papel da família e da escola em desmistificar estes conceitos proporcionando uma visão realista e honesta sobre o tema, em que “as mídias” tem muita contribuição a ser explorada. Muitas formas complexas dessa temática são observadas: a aceitação corporal, a discriminação, a homossexualidade, a religião, a saúde, entre outros. É possível aqui, colocar formulações freireanas¹² para conduzir o assunto. Destacamos, entre elas, o cuidado com ato pedagógico – consigo mesmo e com o outro -, a aceitação e amorosidade: “E amorosidade não apenas aos estudantes, mas ao próprio processo de ensinar” (FREIRE, 1999, p.38).

De acordo com Vasconcelos (1971, p.111), a educação sexual, na perspectiva de Paulo Freire, evidencia que:

12 Freireanas: são formulações baseadas em Paulo Freire, importante pensador do século XX. Autor de frases como: "Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão".

"A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=340>.

É abrir possibilidades, das informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas, principalmente informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não acompanham a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal.

Na afirmação acima, percebe-se a necessidade do diálogo e da compreensão para que se possibilitem os esclarecimentos de temas anexos, inclusive, a orientação sexual. A escola abrange o período das “metamorfozes estudantis” que os jovens passam, por mais que se oriente aspectos relevantes sociais de cunho organizacional, mencionada nas políticas públicas, na categoria docente, fica a possibilidade de se entender e (re)conceituar a temática posta em todas as disciplinas que se ligam. Uma vez que a escola tem esse papel fundamental na vida do estudante, do ensino, o tema pode ser trabalhado concomitantemente ou indiretamente pelos professores e pelos demais segmentos da instituição.

O enfoque na multiplicidade de visões, não apenas a biológica, também se faz inadiável, os PCNs (2017) afirmam que determinados contextos sociais e culturais moldam a vida em interações simultâneas entre muitos elementos, inclusive, o teórico. De forma que, é importante retomarmos as dimensões sugeridas pelos PCNs, não encontrado no PPP, da escola alusivo direto a essas normativas, embora que ainda não expressos literalmente, alguns professores ocupam-se destas orientações.

Nesse sentido, os docentes carecem de formação específica para abordar as questões da orientação sexual. Alguns silenciam e se omitem transferindo a responsabilidade para os professores de Ciência e de Biologia. Visto que, conforme apurado no levantamento de obras para este estudo, é elucidativa a afirmação abaixo onde:

Ao trabalhar como/nos contextos escolares o foco não são as condições ou as práticas sexuais dos indivíduos, mas a norma que válida às discriminações justificadas pela desestabilização da coerência sexo-gênero-sexualidade. Nesse sentido ao trazer as narrativas do sujeito LGBT, procuro problematizar mais do que as identidades sexuais e de gêneros desses sujeitos, mas os processos sociais envolvidos em sua construção. O que almejo trazer para o debate são as formas de silenciamento, invisibilização, subalternização de determinados sujeitos socioculturais identificados como “diferentes”... , portanto transladar as sexualidades da esfera pessoal para a política colocando em relevo o lado mais sombrio da privatização das sexualidades: a sua despolitização (BRAGA, 2012 p. 14).

A possibilidade de serem vistas, e aceitas, as identidades de gênero interligam sujeitos em processos de construção de seu perfil. A fase jovem, advinda da formação adolescente, contempla isso. As normas, citadas acima, podem ser revalidadas e (re)conceituadas a fim de oportunizar novos saberes e compreensões acerca desse contexto em estudo. É oportuno aqui, enfatizar, o que se observa em outro trabalho, Dalalba (2008, p.103) faz uma importante reflexão sobre esta questão emblemática e que a escola precisa entender e orientar os jovens. Menciona que a homossexualidade existia antes do século XIX, e era vista e compreendida entre cada cultura existente, enquanto que o termo heterossexual surgiu posteriormente a esse período.

Haja vista que nos encontramos a dois séculos de distância desse evento, é percebido que não se pode mais ficar atrelado a estereótipos ultrapassados ou impostos que impeçam a felicidade de nossos jovens, ou a nossa. A educação é fator primordial no entendimento desses processos. As políticas públicas são elementos encadeados nesse elo, e nossos professores são a chave da questão que auxiliará esses desencontros de (des)aceitação do direito do outro expressar sua sexualidade sem ser aprovado ou reprovado, sendo fundamental nesse processo educativo.

6.3 Formação de Professores e os PPPs:

Passamos nessa seção a refletir sobre a Formação Docente, entendendo-a como processo fundamental para alcançar a Transversalidade da Orientação Sexual pela escola, a partir de seu projeto educativo.

Transcrevemos na sequência o que aborda o PPP da escola sobre esta categoria.

Quadro 3: Formação Docente no Projeto Político Pedagógico

Documento	Categorias:
	Formação Docente no Projeto Político Pedagógico
Projeto Político Pedagógico da Escola Pesquisada	As ideias sobre essa categoria estão assim transcritas sobre conteúdos, assuntos:
2001 – 2003	Na Qualificação de Pessoal é mencionado no

	<p>último item: oportunizar a participação em cursos, encontros, seminários também de caráter formativo.</p> <p>Os conteúdos são o agir da escola relacionados às reais necessidades dos educandos.</p>
2008	<p>O Perfil Professor não menciona a formação Continuada, mas, fala em “se impor aos alunos” com conhecimento e didática.</p> <p>Os conteúdos são o agir da escola relacionados às reais necessidades dos educandos.</p>
2012	<p>O Perfil Professor não menciona a formação Continuada, e, sim educação como ciência.</p> <p>Não estão no PPP partes, havido uma supressão do item.</p>
2014	<p>O Perfil Professor é colocado como agente de transformação e eterno aprendiz, que precisa dominar os conteúdos para ser “autoridade”.</p> <p>Os conteúdos são o agir da escola relacionados às reais necessidades dos educandos.</p>
2015	<p>O Perfil Professor é colocado como agente de transformação e eterno aprendiz, que precisa dominar os conteúdos para ser “autoridade” (idem 2014).</p> <p>Os conteúdos são o agir da escola relacionados às reais necessidades dos educandos.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos PPPs da escola (2001; 2003; 2008; 2012; 2014; 2015).

Novamente nas formulações encontramos os textos com poucas variações, talvez em função do pouco tempo ou da falta de debate sobre o assunto. Mas percebe-se que a menção de formação continuada no PPP (2001-2003), e a imposição dos professores aos alunos com conhecimento e didática. Os quais estão interligados. Mas, sabemos que se impor sem ter sabedoria, didática e jogo de cintura para mesclar esses aspectos e oportunizar uma boa aula não é válido nem é

educativo, pois imposições remetem a autoritarismo, bem diferente de se fazer autoridade PPP (2014) para se fazer entender em uma sala de aula.

Toda a formação docente carece de atualizações como cada período letivo traz novidades e os professores necessitam constantes atualizações, que são a chave do desenvolvimento reflexivo no caminhar dos professores, dentro do contexto sala de aula, no processo de ensinar-aprender de seus alunos, que faz necessária uma conduta teórico-prática condizente com as realidades vividas. Nosso vocabulário é enriquecido lendo e escrevendo, aprimoramos nosso conhecimento ao buscarmos novas fontes do saber e aprendemos a lidar e resolver situações problemas em nossa prática profissional, vivenciando e corrigindo possíveis falhas que possamos realizar.

É de grande valia a aproximação tecnológica aos nossos estudantes. Para isso acontecer, a família e a escola devem estar interligadas e, um dos caminhos, é o professor. Dentro desse contexto, o PPP precisa estar delineado com os rumos que nossa sociedade local, regional e nacional se vincule e dialogue na mesma linguagem para que haja o entendimento. Os meios de comunicação são extremamente utilizados pelos nossos jovens atuais. Gerações “x”, “y”, “z” são moldadas numa crescente invasão tecnológica nas famílias, nas salas de aula e também nos outros segmentos do meio social. A reflexão desses acontecimentos deve estar expressa diretamente nos PPPs das escolas: a orientação sexual é uma delas e deve ser trabalhada com segurança e conhecimento para proporcionar esclarecimentos e uma formação humana digna a todos os envolvidos.

O Ministério da Educação e Cultura (1997, p.28) já enfatizava uma sexualidade pautada em valores que direcionem o desenvolvimento das atividades:

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

Os PPPs (2001; 2003) iniciais da escola analisada trouxeram valorosas afirmações no perfil necessário de um professor atualizado, como: oportunizar a participação em cursos, encontros, seminários, também, de caráter formativo, a esse

corpo docente. Mas, percebe-se que no decorrer do processo formativo do perfil deste educador, esse item, de construção profissional, foi esquecido ou deixado de lado, quem sabe por descuido, ou indiretamente pelo processo de desmonte da escola pública, como vem sendo observado ao longo dos anos, atrelado a uma economia neoliberal que não se importa com o lado humanístico e, sim, com o mecanismo econômico que gera lucros independentes do meio ou forma de consegui-lo.

No transcorrer do processo construtivo do PPP (2008) há exposições sobre a imposição do mestre com conhecimento e didática. É necessário sim colocarmos uma postura firme, sem autoritarismo, mas com autoridade para um controle e sequência dos conteúdos e das aulas. Mas, de forma alguma, não deixar de lado o processo formativo docente que alavanca toda essa composição educacional dentro do contexto escola, em que hoje nos inserimos.

Ainda nessa perspectiva de elucidar as principais características para análise, percebemos, no PPP (2012), a educação como ciência, sem mencionar a formação continuada dos professores. É compreensível a afirmação e notória de que a ciência tem que estar presente na formação de todos os docentes. E, indo ao encontro dessa parte notadamente tem que se inserir a evolução profissional para que os mecanismos sejam entendidos, interpretados e postos em prática por todos, para que se tenha um avanço de qualidade em todos os níveis e segmentos estudantis da escola, nosso foco de atuação.

Em um novo olhar, o PPP (2014) afirma que o professor deve ser um agente de transformação e eterno aprendiz, que precisa dominar os conteúdos para ser “autoridade”. Um ponto bem interessante e posto aqui. Uma afirmação que carece de aprofundamentos e questionamentos, tendo em vista que, até que ponto, apenas conteúdos permitem aos professores essa autoridade? Possivelmente, esse elemento e outros anexos como: clareza, comunicação, jogo de cintura, e dinâmicas inovadoras ou criativas também viriam a se agregar nessa contextualização, e possibilitar o desenvolvimento de aulas reflexivas com suporte de conteúdos, que permitam outros aspectos positivos que contribuam nesse mecanismo de interações no ato de ensino-aprendizagem. Fávero aponta uma contribuição nesse aspecto:

Portanto, nesse modelo de formação de professores reflexivos, a prática adquire o papel central de todo o currículo, pois se torna, ao mesmo tempo, o lugar de aprendizagem e o espaço de construção do pensamento prático do professor. É nesse cenário que a própria docência pode se tornar objeto de investigação e a perturbadora dicotomia entre teoria e prática, frequentemente presente nos discursos educacionais, pode ser superada, uma vez que pensar a formação dos educadores à luz do paradigma do professor reflexivo implica assumir o desafio de refletir *na* e *sobre* a ação (2010, p.48). Dar conta de tal desafio não é tarefa fácil, pois requer tanto novas posturas no enfrentamento dos processos formativos quanto novas compreensões da própria identidade do educador (2010, p.48).

Na praticidade do dia-dia a linguagem clara e objetiva dos professores faz toda a diferença. Ela incrementa e oportuniza saberes além de carregar consigo mecanismos de abrir novas fronteiras no seu contexto escolar para estudantes e jovens em seu cotidiano. A reflexividade sobre essa prática é trazida como oportuna para conceituar-praticar e (re)conceituar as próprias práticas educativas. No momento em que se reconfigura novos horizontes em cima de novas demandas: a orientação sexual se encaixa perfeitamente nesse conteúdo.

Nesse sentido, enfatiza-se, ademais, no PPP (2015), que no momento seguinte essas colocações são novamente postas e, através dessa análise, considerações que venham a somar dentro do exposto acima em todos os elos e veículos de transmissão, apropriação do saber e conhecer sobre a vida em que nós estamos inseridos, e seguimos transformando-a de acordo com vivências experimentadas nessa caminhada diária, de sermos professores.

6.4 Formação de Professores ao olhar do PCNs:

Quadro 4: Formação Docente e os PCNs

Documentos: PCNs	<p>Conteúdo Relativo a essa categoria afirma que:</p> <p>1. A REFORMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:</p> <p>sinalizando o futuro e traçando diretrizes inovadoras É necessário ressignificar o ensino de crianças e jovens para avançar na reforma das políticas da educação básica, a fim de sintonizá-las com as formas contemporâneas de conviver, relacionar-se com a natureza, construir e reconstruir as instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações e conhecimentos. Ao longo dos anos 80 e da</p>
------------------	--

primeira metade dos 90, as iniciativas inovadoras de gestão e de organização pedagógica dos sistemas de ensino e escolas nos estados e municípios deram uma importante contribuição prática para essa revisão conceitual.

2. AS DEMANDAS DA REFORMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Melhorar a formação docente implica instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem (PCNs, 2000, p.12).

3. SUPORTE LEGAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A LDBEN

Organiza a educação escolar anterior à superior em um mesmo segmento denominado educação básica. Integra, assim, a educação infantil e o ensino médio ao ensino fundamental obrigatório de oito anos. Esse conceito de educação básica aumenta a duração da escolaridade considerada base necessária para exercer a cidadania, inserir-se produtivamente no mundo do trabalho e desenvolver um projeto de vida pessoal autônomo. À extensão no tempo, deverá seguir-se, inevitavelmente, a ampliação da cobertura: se a educação é básica dos zero aos 17 anos, então deverá ser acessível a todos (PCN, 2000, p.14).

4. QUESTÕES A SEREM ENFRENTADAS NA FORMAÇÃO INICIAL

As questões a serem enfrentadas na formação inicial são históricas. No caso da formação nos cursos de licenciatura, em

	<p>seus moldes tradicionais, a ênfase está contida na formação nos conteúdos da área, onde o bacharelado surge como a opção natural que possibilitaria, como apêndice, também, o diploma de licenciado. Refere-se aqui a “diploma” e não à “formação”, pois se trata muito mais de uma certificação formal, após o cumprimento de créditos burocraticamente definidos para a área pedagógica, do que preparação integrada que propicie uma reflexão dos conteúdos da área com a realidade específica da atuação docente (PCN, 2000, p.21).</p> <p>5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA UMA REFORMA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p>Diante dos problemas a serem enfrentados e considerando as mudanças necessárias em relação à formação inicial de professores da educação básica, é possível propor alguns princípios norteadores de uma reforma curricular dos cursos de formação de professores (PCN, 2000, p.35).</p> <p>6. DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p>6.1 Diretrizes Gerais</p> <p>6.1.1. A formação de professores para a educação básica deverá voltar-se para o desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões da atuação profissional do professor. O desenvolvimento de competências profissionais é processual e a formação inicial é, apenas, a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente. A perspectiva de desenvolvimento de competências exige a compreensão de que o seu trajeto de construção se estende ao processo de formação continuada, sendo, portanto, um instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente (PCN, 2000, p.48).</p>
--	--

Fonte: PCNs (2008).

No documento referente à formação docente é observado no item 1 a chave para uma educação de qualidade juntamente com Políticas Públicas que executem o

que se afirma, que devemos ressignificar o ensino para crianças e jovens para sintonizá-los com as formas contemporâneas de conviver. Pois bem, aceitar a transversalidade de uma Orientação de Gênero se encaixa perfeitamente nessa afirmação.

No item 2 é colocado que a melhora na formação de professores implicará em mudanças no interior de instituições formadoras. E, ainda coloca-se a necessidade de se ter um olhar profundo aos arredores da escola, em seus berços de vivências que crianças e jovens socializam-se diariamente, se não, essa afirmação cairá na “balela” ou apenas escritas bonitas sem profundidades.

No item 3 se menciona o suporte legal para formação de professores que acolhem os educandos em suas salas de aula. E, com isso devemos observar mecanismos eficientes que contemplem as múltiplas realidades, inclusive, para que se evitem que jovens com futuros brilhantes sejam marginalizados por não terem uma opção de gênero considerada padrão.

Nos três itens iniciais percebemos que a evolução, a contextualização e a aceitação do novo, fazem a diferença na estruturação social contemporânea e melhoram os hábitos e modos de boa convivência humana entre todos nós. Na afirmação abaixo temos uma noção por Beatrici:

A integração da didática na formação docente mobiliza a inter-relação disciplinar para a reflexão sobre as atividades pedagógicas caracterizando-se como meditação entre os conhecimentos teórico-científicos da área escolar. Com isso, a possibilidade de frequentarem as oficinas de formação continuada é um caminho, um processo que permite ampliar e aperfeiçoar o olhar, no sentido de conhecer e compreender com mais clareza as práticas propostas em sala de aula para que estas viabilizem um sujeito diferente, atuante, pensante e crítico (2017, pg. 21541).

O item 4 traz a questão dos diplomas e suas especificidades, mas, que não fogem do contexto social dos educandos no seio escolar em que vivem. E, também menciona a questão dos conteúdos que devem oportunizar melhores bases formativas para esses profissionais melhorarem as vivências em nossas sociedades atuais, que cada dia verificam-se novos desafios a serem enfrentados, tanto dentro como fora dos muros escolares.

No item 5 os princípios de orientação que possibilite uma reforma na formação docente, os quais seriam de grande valia, começando pelos aspectos que fala nessa dissertação até outros que estão dentro da conjuntura educacional que

interferem diretamente nos membros da sociedade e, que, como válvula de escapes direcionam a drogadição e prostituição de muitos jovens.

No item 6 é observado como a formação de professores criam suas diretrizes na profissão e, possibilitem o desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões que o profissional ao longo de seu trajeto formativo irá necessitar. Nesse aspecto de construção Bueno elucida que:

Importante lembrar que, o contexto econômico-social mudou, alinhando mudanças significativas no perfil familiar da sociedade, permitindo avanços que, não podem ser freados, principalmente na cultura, sabedoria e conhecimento que a humanidade vai adquirindo ao longo dos anos. É muito importante ressaltar que o perfil econômico nos últimos tempos passa por um estágio declinativo/político que interfere em orçamentos, recursos e outras normativas que direta e indiretamente afetam rapidamente o contexto educacional. E para formarmos cidadãos aptos a desenvolver e viver normas sociais condizentes com a moral, ética e cidadania, que também é mencionado nas políticas públicas, temos que reconhecer a importância de se estudar, aceitar e interagir com múltiplos fatores da ordem funcional humana (2017, p. 22).

Este documento de extrema importância na conjuntura educacional, norteia e direciona condutas que afirmam o que docentes, pensadores e pesquisadores de nossa área da educação embasam todo o seu estudo, a partir dessas diretrizes criadas na educação brasileira.

O documento sublinha a afirmação de que o Brasil, como os demais países da América Latina, está empenhado em promover reformas na área educacional que permitam superar o quadro de extrema desvantagem em relação aos índices de escolarização e de nível de conhecimento que apresentam os países desenvolvidos, PCNs (2000, p.5). Isto posto, devemos considerar que os mestres educadores devem estar firmes em suas bases de informações e esclarecimentos, dentro da temática abordada, formação docente, para por em prática na sala de aula com seus alunos. Se não, além da desinformação, os índices de escolaridades também podem ser afetados, através da discriminação de nossos jovens.

Nos PCNs, são colocados, como base os direitos humanos, como base que direcionam caminhos a serem trabalhados na contextualização em que está inserida toda essa pesquisa. O seguinte excerto ilustra:

Educar para os direitos humanos, como parte do direito à educação, significa fomentar processos que contribuam para a construção da cidadania, do conhecimento dos direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade de nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, crença religiosa, orientação sexual e opção política, ou qualquer outra diferença, combatendo e eliminando toda forma de discriminação (PCNs, 2013, p. 165).

Nas bases de uma formação pedagógica, necessitamos de clareza e discernimento dos mestres para se conduzir um trabalho apropriado e seguro na (re)conceituação desses valores humanos citados acima. O trabalho docente carece de profissionais que tenham esse olhar diferenciado e com didática humana, para que seja conduzido ao processo de esclarecimento de dúvidas ou incertezas dos estudantes com objetividade e conhecimento aprofundado do assunto, para que esse elo aluno-professor crie vínculos de aprendizagem e não “fronteiras distantes de saber”.

Ainda sobre essa circunstância, é perceptível a importância de abrigar uma formação multidisciplinar que contemple todas as áreas, disciplinas e elementos em diálogo com a comunidade escolar. Esta, com o intuito de aprimoramento coletivo e inserção junto à comunidade social, deve oportunizar uma visão coletiva, “um olhar multicolorido”, que esclareça todas as incógnitas e arestas a serem aparadas, para frear e combater a violência, o preconceito e a discriminação que são vividas pelos jovens estudantes que externalizam sua orientação de gênero no seu viver.

A afirmação acima exige a demanda e o suporte para solucionar os problemas gerados pela escola, tem que estar afinados uma com outra, e obedecer aos princípios de uma formação docente, alinhavando as diretrizes gerais que estão previstas nestes documentos. Logo, na contemporaneidade, identificamos que a inovação, as mediações e o modo positivo de usufruir das tecnologias, alinhavadas à necessidade formativa dos docentes, exige reflexão para uma qualidade do processo de formação dos educandários, na inserção de orientação educativa de gênero.

Na seção a seguir realizamos uma “tentativa” de conclusão, embasado nos estudos desse trabalho, sobre a pesquisa, demonstrando provisoriedade e necessidade de outros estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho oportunizou uma reflexão sobre a Temática da Orientação Sexual do Projeto Político Pedagógico, no Ensino Médio, de uma escola da Região Norte do Rio Grande do Sul. Através da verificação dos documentos, partindo dos enredos do que se é colocado, é possível propor a necessidade de cursos de aperfeiçoamentos reflexivos de professores, as formações pedagógicas, direcionados a essa temática, com seminários institucionais regionalizados atendendo mais realidades para atender conforme proposto na problemática a ser esclarecida sobre o momento em que as disciplinas contemplaram esse estudo.

Ao construir respostas (ou possíveis novas indagações) às perguntas norteadoras percebemos uma série de fatores que demonstram que essa assertiva iniciou-se corretamente no trabalho docente do PPP, mas, perdeu espaço, por vários motivos de construção do próprio documento, que ocorre na maioria das escolas como: falta de tempo para construção, espaços e profissionais com falta de carga horária disponível, debates mais aprofundados para esclarecerem esses elementos educativos. Inicialmente houve indícios da presença/ausência da temática da orientação sexual, mas esquecida no decorrer do planejamento docente.

Reafirma-se a importância de trabalhar essa construção em sala de aula com professores e alunos, e, dando corpo ao PCNs e as necessidades dessa faixa etária de aluno adolescente.

Ainda que a formulação do PPP aponte que devem ser oportunizados espaços para o desenvolvimento desse processo educativo de orientação sexual, não há, expressão clara, de onde seria e de modo como poderia ser discutido esse assunto, ou, em que período específico melhor se desenvolveria esse processo formativo. Com efeito todo esse tema que deve ser abordado vindo ao encontro do que foi proposto nos PCNs, objeto de análise e no projeto educativo da escola.

A partir dos elementos que são priorizados pelos documentos analisados faz-se necessário trabalhar o contexto da escola. E, dentre outras formas de ser abordada a sexualidade de forma orientada, vindo ao encontro das Políticas Públicas, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Formação de Professores. Enfatiza-se a necessidade de promover, também, campanhas de conscientizações inseridas com palestras que direcionem o foco ao trabalho, que se desenvolve e exige bem como desenvolver a pesquisa científica.

O trabalho mencionado deve ser desenvolvido junto à família, reafirmado na escola, envolvendo entendimento e aceitação desses jovens na conjuntura social aonde irão ser inseridos posteriormente como: mercado de trabalho, grupos de ação coletiva, participação em movimentos sociais, em outros marcos, ou contextos que possam oportunizar esclarecimentos e crescimentos social-profissional a todos os elementos que foram encadeados e envolvidos nesse processo. É notório, que os veículos de comunicação e meios de evoluções tecnológicas são fundamentais e primordiais na aceleração desses mecanismos, e facilitaram todo esse entendimento, aceitação e (re)significação da temática em questão. O que é valoroso, correto e indubitavelmente necessário o mais rápido possível para interligar pessoas, leis e valores sociais que venham a beneficiar a todos nós seres humanos.

Os descritores escolhidos no início, o Projeto Político Pedagógico, Formação de Professores e a Orientação Sexual possibilitou um foco claro, alicerçado em pesquisas coletadas em bibliotecas de importantes universidades, que com suas tradições fomentam toda essa informação para explicar esse contexto da investigação essa trajetória foi dinamizada em uma análise de importantes trabalhos desenvolvidos por pesquisadores dessa área.

Tomando-se as partes deste estudo, no capítulo 1 tem-se as concepção metodológicas que sevem de fomento para a escola. No capítulo 2 apresenta-se a gestão democrática fator importante na condição de gestão escola envolvendo a participação de todos os sujeitos.

Os jovens se apresentam muito bem informados na área tecnológica, como já mencionado no decorrer do capítulo seguinte, mas essa tecnologia tem que ser usada de forma correta. E, sem a inserção de ações negativas que não incrementam na aceitação do outro nos espaços de convivências. Nos espaços que se é oportunizado a convivência entre todos esses momentos devem ser prazerosos e educativos, quando trabalhados em sala de aula, para construir o conhecimento.

No capítulo três, trazemos a reflexão acerca de que necessitamos como educadores, com metodologias e práticas reflexivas. Percebemos que em cada realidade social, ou educadora, estudantes carecem de aprofundamentos em temas que eles tem que se aperfeiçoar mais e mais para contextualizar e possibilitar essa construção da base do conhecimento e esclarecimento de todos os fatos de sua vida.

Na seção seguinte a temática abordada através desses documentos legais, tais como PCNs e a utilização das Políticas Públicas focado nesse eixo, a formação docente, com uma constante atualização através de seminários, simpósios, cursos de aprimoramento pedagógicos com olhos direto a transversalidade da temática orientação sexual para criar as pontes e aparar arestas que desviam a socialização nesses sentido do contexto entre todos os elementos envolvidos, e, principalmente indicar soluções ou caminhos que facilitem a inserção de jovens com gêneros diferentes dos paradigmáticos em outras circunstâncias, até mesmo, oportunizando novas portas abertas como em mercado de trabalho ou eventos sociais que contribuam para a (re)educação e aceitação dos mesmos na sociedade como um todo.

Contudo, percebe-se que o momento atual é complexo com problemas sérios no eixo econômico, nas escolhas multilaterais políticas e em conflitos internos nas fronteiras que necessitam urgentemente de mecanismos de contenção e soluções desenvolvidas por políticas mais humanas e justas em nosso país. Haja visto que, o momento caótico nunca vivido na política brasileira, a socialização de povos como os venezuelanos, e indecisão de ideias a serem escolhidas pela população pelas vasta gama de oportunidades e oportunistas políticos que a nação enfrenta: disseminada pela corrupção dos poderes que governam a nação é forte na influencia de alterações desumanas em documentos legais da educação, que marcaram para o resto das vidas civis a desordem e o caos jamais vistos incidentes na contextualização de abertura de políticas objetivas de construção de identidades de gêneros que sejam respeitadas e aceitas por todos. Isto, significa que a caminhada é muito longa e árdua, mas, alguém tem que iniciar e trilhar um começo, o qual se oportuniza em nossa região por este trabalho inovador que discorreu fatos, sugeriu ideias e direcionou caminhos para serem percorridos com esse objetivo: melhorar nossa vida social aceitando o jeito de amar que se configura em uma orientação diferente, que nessa atualidade não é entendida ou compreendida como correta por uma parcela ferrenha de nossa população, a qual vai diretamente interferir na escola, nas classes escolares, na formação dos currículos, nos preparos de formação e execução docente de seus trabalhos ou práticas educativas em seu cotidiano.

Os PPPs e a temática da Transversalidade da Orientação sexual devem manter diálogos explicativos dentro da contextualização aluno e sala de aula, isso,

desencadeado pelo elo entre esses segmentos que são os professores, inseridos diretamente na prática dessa vivência dos jovens estudantes.

Os PPPs devem oportunizar dentro de seus elementos legais uma Formação de Professores que facilite o discernimento sobre o assunto exposto, com mais entendimento e esclarecimentos, pois, dentro de seu ofício de trabalho esse aspecto facilitará caminhos de aproximação dentro de seu desenvolvimento para com suas intervenções, quando necessária, na discussão e compreensão.

E dentro da contextualização exposta acima, dos elementos citados, e, dos mecanismos possíveis de inserção para reforçar a intervenção docente, através dos documentos legais, os PPPs e os PCNs, fortalecer e o aprendizado e a sabedoria em relação às problemáticas que são causadas pela falta de diálogo e clareza com que algumas pessoas agem em relação aos jovens e demais cidadãos que optam por uma escolha de gênero diferente daquele que é considerada padrão em uma sociedade multi-miscigenada, com uma vasta pluralidade de gêneros que não se expressam e não são felizes em detrimento a essas opiniões ou ações que impedem de convivemos todos em paz e felizes em nossa sociedade atual contemporânea.

Dentro desse trabalho, na perspectiva de gênero, em nossa região/estado, que esclarece passo a passo o proposto em nossos objetos, contemplando as análises do conteúdo, através da metodologia analítica utilizada, e verificando a falta dessa inserção em nossas disciplinas escolares, pois, teríamos espaços para serem desenvolvidos trabalhos cursos de capacitações e aprimoramentos nessa ênfase.

A pesquisa demonstrou que o tema é atual, importante, necessário, oportuno como já citado e explicitado por elementos que ficam aqui como caminhos possíveis e, também, sugestões que possam propor outros diálogos dentro dessa pesquisa para afirmar que esse assunto proposto tem que ser trabalhado pelos professores juntamente com outros segmentos da instituição escola que se intercomunique para facilitar o desenvolvimento, sem barreiras, de todos os envolvidos.

Em relação aos objetivos propostos, a partir do primeiro, citados nesse trabalho percebemos que a presença/ausência ocorre momentaneamente no início de construção do documento, mas, a partir desse enfoque ele desaparece nas novas formulações e não oportuniza o processo contínuo que facilitaria quebras de paradigmas que prejudicam as vidas desses jovens.

No segundo objetivo proposto percebemos que a devida importância a essa temática é esquecida ao longo do tempo, e, não é levada em consideração para

construir uma sociedade mais humana e justa, pautada em valores éticos e morais, que são mencionados em documentos que auxiliam a construção dos PPPs.

Enquanto que, no terceiro objetivo tratado por esse trabalho percebemos que a construção de um professor reflexivo é indiretamente mencionada na construção legal dos PPPs da escola, mas em sua formulação dos anos em que foi reformulada não há menção direta a abordagem de espaços próprios para isso. Nem são citados em quais momentos das disciplinas ou períodos escolares seriam desenvolvidos, o que dificulta o trabalho para esclarecimentos do assunto.

O estudo mostrou que esse tema carece de mais aprofundamentos em outros educandários ou instituições públicas ou privadas que contemplam essa parcela de estudantes que estão a vivenciar esses fatos, e, encontrar escolas totalmente despreparadas para oportunizar esclarecimentos. O trabalho de pesquisa oportuniza reflexões e coloca outras perguntas em cima do tema. É possível desenvolvê-lo com mais aprofundamentos, mas, essa tarefa acontecerá quando pesquisadores tiverem coragem de romper com o preconceito dos estereótipos que já se fazem enraizados na sociedade, e, até mesmo, nas salas de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Formação de professores no Brasil: um diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para a mudança.** São Paulo. Coordenação, Fundação Santillana. Ed. Moderna. 2016.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Mundialização, Liberalismo e Educação no Terceiro Milênio: o impacto das Demandas do Mercado sobre as Políticas Educacionais na Universidade Pública. **Linhas.** Florianópolis. v.9 n.2. jul./dez 2008.

ALVAREZ, Marcos César. Sexualidade, Poder Político e Técnicas Disciplinares - **Revista do Instituto Humanistas UNISINOS Online.** Ed.335, Jun./2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **A ciência como forma de conhecimento.** v.8, Rio de Janeiro, Ago. 2006.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública.** 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BALECHE, Flavia Leal King. Contribuições da Análise Epistemológica da Análise de Gamboa para o Processo de Construção da Pesquisa. EDUCERE. XV Congresso Nacional de Educação. **Anais _____.** 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Editora. 2012.

BEATRICI, Alexandra Ferronato. As Metodologias de Ensino, a Formação de Professores e o Processo de Aprendizagem. Formação de Professores: Contextos, Sentidos e Práticas. EDUCERE Congresso Nacional de Educação. In: **Anais _____.** 2017. Disponível em:
<file:///C:/Users/User/Documents/AS%20METODOLOGIAS%20DE%20ENSINO,%200A%20FORMAÇÃO%20DE%20PROFESSORES%20e%20o%20Processo%20de%20Aprendizagem%20Alexandra%20Ferronato%20Beatrici.pdf>. Acesso em 22 dez. 2018.

BRAGA, Denise da Silva. **Heteronormatividade e Sexualidade LGBT:** repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012

BRASIL. MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica. 2013.

_____. MEC-Ministério da Educação e Cultura. **Lei n.9.394**, de 20 de dezembro de 1996, LDB, 1996. Disponível em :
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. MEC-Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Temas Transversais: Orientação Sexual. Disponível em:
<<https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-tema-transversal-orientacao-sexual>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. MEC-Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Temas Transversais: Ensino Médio, Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio) Parte I - Bases Legais Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2000.

BUENO, Alexandre Castanho, BATTESTIN, Claudia, SUDBRACK, Edite Maria. KEPLER, Rosilei. Projeto Político Pedagógico e a Transversalidade do Tema Orientação Sexual. III Ciclo de Estudos em Educação: O Trabalho pedagógico e suas Interfaces. In: **Anais** _____. Editora da Uri: Frederico Westphalen/RS, 2017.

DALL´ALBA, Lucena. **Sexualidade**: narrativas autobiográficas de educadores/as. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

FÁVERO, Altair Alberto. TONIETO, Carina. **Educar o Educador**: Reflexões sobre a Formação Docente. Campinas/SP: Mercado das Letras. 2010.

FENNER, Roniere dos Santos. **Currículo de Ciências da Natureza**: O Processo de Reconstrução do Projeto Político Pedagógico na Escola Pública de Ensino Médio. Tese (Doutorado em Ciências: Química da Vida e Saúde). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Ciências Básicas da Saúde. Porto Alegre, 2014.

FONTANA, Andréia Regina. Gestão Escolar Democrática: é possível? **REI – Revista de Educação do IDEAU**. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai IDEAU. v.6. n.14. Jul./Dez. 2011.

ILDEBRANDO, Amália Galvão. **Escola Pesquisadora?** (Representações de professores e gestores de uma escola que se diz Pesquisadora: a relação entre suas práticas e a construção de conhecimento dos alunos). 2017. 211 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Permanente do Professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

MARTINS, Ângela Maria; WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas Educacionais**: Elementos para Reflexão. Porto Alegre: Redes Editora. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et. al. **Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

NOGARO, A.; BATTESTIN, C. Sentidos e Contornos da Inovação na Educação. **Revista HOLLOS**. Mar., 2016, p.360.

NÓVOA, Antônio. **Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo**. Sinpro/SP, Jan. 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

NÓVOA, Antônio. Formação de Professor e Profissão Docente. In: _____, (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa : Dom Quixote, 1992.

PORTO, Yeda da Silva. **Projeto Político Pedagógico**. Pelotas: Educat, 2001, p.18.
SANTOS, Fernanda Morsaro dos. Análise do conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação. v.6, n.1, maio 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Estado do Paraná, **Organização do Trabalho Pedagógico** - Pensadores da Educação - Paulo Freire. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=340>>. Acesso em:15 ago. 2018.

SILVA, Edina Lucia da. A Produção Do Conhecimento Em Ciência Da Informação No Brasil: uma análise a partir dos artigos científicos publicados na área, **Revista URGRS**. Porto Alegre. v.2, n.19.

SILVA, Lino Moreira. Entre o mito do “bom selvagem” e o processo da educação racional, na interligação do currículo com as finalidades educativas. **Revista Educação em Debate**. Universidade do Ceará. Ano 26. v.2. n.48. 2004.

SUDBRACK, Edite Maria. Ensino médio no contexto atual e os desafios de acesso e permanência. Universidade Metodista de Piracicaba, **Portal Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos**. v.27, n.67, 2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 16ed.
Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.